

Proposta da

Administração e Manual para Participação de Acionistas

Assembleia Geral Ordinária

08 de abril de 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Marfrig Global Foods S.A., em conformidade com suas políticas de governança corporativa e respeitando a transparência para com seus investidores, convida os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 08 de abril de 2022, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico físico e eletronicamente.

A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é de extrema importância, sendo a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta e Manual da Assembleia.

Os assuntos a serem deliberados nesta Assembleia constam das próximas páginas deste documento que contempla propostas da Administração e orientações gerais para participação nas Assembleias, bem como no Edital de Convocação. Os documentos pertinentes a tais deliberações encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, em nosso site de Relações com Investidores (ri.marfrig.com.br), no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Esperamos que esta Proposta e Manual possam contribuir para uma efetiva participação dos senhores acionistas.

Cordialmente,

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

SUMÁRIO

Data, Horário, Local e Esclarecimentos Preliminares	04
Proposta da Administração	05
Manual para Participação na Assembleia Geral	15
Disponibilização de Documentos	20
Anexo I - Modelo de Procuração sem Orientação de Voto	21
Anexo II - Modelo de Procuração com Orientação de Voto	22
Anexo III - Modelo De Boletim De Voto À Distância.....	24
Anexo IV -Destinação do Lucro Líquido conforme Instrução CVM N° 481.....	28
Anexo V - item 10 do Formulário de Referência, conforme exigência da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480.....	36
Anexo VI - itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480.....	90
Anexo VII – Informações de candidatos ao Conselho Fiscal propostos por acionistas minoritários 480.....	116
Anexo VIII - item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480.....	124

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Data, Horário e Local:**

A Assembleia Geral Ordinária foi convocada para realizar-se:

Dia: 08 de abril de 2022.

Horário: 10h.

Local: Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- **Edital de Convocação:**

O Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária será publicado conforme segue: por 3 vezes, nas edições de 09, 10 e 11 de março de 2022 do **Jornal Valor Econômico**, em suas versões eletrônica e física, conforme lei nº 13.818/2019, em vigor desde 1º de janeiro de 2022.

- **Esclarecimentos Preliminares:**

Informamos que, para a instalação da Assembleia Geral Ordinária será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, de acordo com o Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações – nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”). Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia Geral em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A participação na Assembleia poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. Para facilitar a participação, a Companhia disponibiliza, ao final deste documento, dois modelos de instrumento de mandato. Ainda com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta da Administração.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2022.

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social anterior, a Companhia deve realizar uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, para este exercício, a eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Desta forma, a Marfrig Global Foods S.A. vem, por meio deste, submeter à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 08 de abril de 2022, às 10h, a Proposta da Administração (“Proposta”) a seguir descrita:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2022, acompanhados do parecer dos auditores independentes, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, encontram-se disponibilizados na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O Conselho Fiscal emitiu parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão adequadamente apresentadas e em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia quando da Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas e orientações, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

A Grant Thornton Auditores Independentes examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia: **a)** Relatório da Administração; **b)** Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **c)** Parecer dos Auditores Independentes; **d)** Parecer do Conselho Fiscal; **e)** Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; **f)** Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário; **g)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme exigência da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, (“Instrução CVM 480”); e **h)** Formulário DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 07/12/2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), também constam do **Anexo V** à presente Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

O atual Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A. foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2021, com mandato de um ano, encerrando-se nesta Assembleia Geral Ordinária de 2022. Conforme Artigo 27º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador independente da Diretoria e do Conselho de Administração, que busca, por

intermédio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização. Pode servir como instrumento legal de implementação de uma política ativa de boas práticas de governança corporativa direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da companhia.

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal da Companhia:

Candidatos Efetivos:

Ricardo Florence dos Santos

O Sr. Florence dos Santos, 67 anos, atua como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. desde 2016, como membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods e do Conselho Consultivo da Granol Indústria, Comércio e Exportação desde 2020 e como membro do Conselho Fiscal da CEEE-T e do Comitê Estatutário de Auditoria da CPFL Energia desde 2021. Acumula na MOVIDA os comitês de Auditoria e Financeiro. Atuou como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016 e como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia entre 2017 e 2021 e no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e do Conselho Consultivo da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006). O Sr. Ricardo Florence dos Santos não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor.

José Luiz De Souza Gurgel

O Sr. José Luiz Gurgel, 55 anos, possui 32 (trinta e dois) anos de experiência como auditor independente ou consultor em contabilidade. Desde junho de 2019 é sócio da Andrade Gurgel Consultoria e Treinamento atuando como consultor empresarial com especialização em auditoria, finanças e contabilidade. Desde maio de 2021 integra o Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto) como suplente. É Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de

Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Participou de trabalhos de auditoria em processos de reorganização societária (aquisições, fusões, cisões e incorporações), processos de abertura de capital e de emissão de dívidas. Professor de contabilidade e de auditoria em cursos corporativos. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ com dissertação elaborada na área de auditoria. Graduado em Economia pela UERJ e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade com pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017.

Tiago Medeiros Garcia

O Sr. Tiago Medeiros Garcia, 39 anos, atua como gerente fiscal no Benício Advogados Associados, desde 2013, cujo foco principal é a recuperação de tributos. Lidera uma equipe de 22 pessoas que desenvolve os projetos em diversos clientes nacionais e multinacionais, proporcionando todo o suporte técnico e da legislação tributária, bem como a coordenação da área. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto e com Pós-Graduação em Gestão Tributária pela FECAP, participou ainda de cursos de Contabilidade Básica; SPED Fiscal e EFD Contribuições; ICMS -Substituição Tributária; Apuração do Imposto de Renda (Lucro Real); PIS/COFINS – Não cumulativo e cumulativo. Atuou ainda como Supervisor Fiscal entre 2009 e 2013 no Benício Advogados Associados, anteriormente no período entre 2008 e 2009 como analista tributário senior no Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados e de 2003 a 2008 como analista tributário no Marcondes Advogados Associados.

Candidatos Suplentes:

José Osvaldo Bozzo

O Sr. José Osvaldo Bozzo, 56 anos, é graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, atua há mais de 30 anos como consultor tributarista, tendo forte especialização em Agronegócios e participação em projetos de consultoria tributária e de apoio à auditoria de diversas empresas Produtoras de Etanol e Açúcar no Brasil, se tornando um dos responsáveis Consultores em grandes aquisições. Iniciou sua carreira em 1989 na PriceWaterhouseCoopers, em Ribeirão Preto, atuando como consultor de tributos até 1997, tornando-se em 1998 Gerente na antiga Trevisan Auditores (atual BDO), na área de TAX, Diretor e, posteriormente, Sócio em 2007. Permaneceu como Sócio da KPMG, após a

compra da BDO Brasil até dezembro de 2012. Atuou como Sócio e consultor de tributos na MJC Consultores e Auditores de Ribeirão Preto no até dezembro de 2018, e atualmente atua na Jbozzo Consultores prestando consultoria especializada nas áreas Contábil, Tributária, Societária, Trabalhista e Previdenciária para empresas de diversas atividades. Além de consultor foi professor de planejamento tributário na USP – MBA. Participou em Portugal, de trabalhos relacionados à Revisão de Asseguração de Qualidade de Serviços Tributários e no Chile na XIV Reunião Anual de sócios da BDO dos países da América Latina. Possui também diversos artigos publicados em revistas, jornais e sites abordando questões tributárias e jurídicas de interesse do agronegócio.

Ely Carlos Perez

O Sr. Ely Carlos Perez, 51 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área consultoria de Contabilidade Fiscal e Financeira, sendo os últimos 20 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerencias (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema atendendo a área fiscal, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A.

Marcílio José da Silva

O Sr. Marcílio José da Silva, 58 anos, é contador formado pela FACEC Candido Rondon – Cuiabá – MT, tendo ocupado cargos na área de contabilidade em Frigoríficos, a exemplo dos Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (entre 1996-2000)” e “Frigorífico Tangará Ltda.” (entre 2000-2003). É consultor em contabilidade e foi membro titular do Conselho Fiscal da Companhia de abril de 2010 a abril de 2014.

Indicação de Candidatos ao Conselho Fiscal por acionistas minoritários – Eleição em Separado

O artigo 161, §4º da lei das S.A. dita que os acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto, terão direito de eleger em separado um membro do Conselho Fiscal. A Companhia, conforme requisitos exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, recebeu do acionista Fundo de Investimento Jaburá Ações (CNPJ nº 07.670.184/0001-46) as seguintes indicações de candidatos a membro titular e suplente para participar do processo de eleição em separado do Conselho Fiscal.

Candidato a membro titular por acionistas minoritários: Axel Erhard Brod: O Sr. Axel Erhard Brod, 64 anos, é membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universitat des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial e membro do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Mahle Metal Leve S.A. (desde 2011) e Faber-Castell S.A. (desde 2011). Participou do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Metalúrgica Gerdau (2011 a 2013), Santos Brasil S.A. (2012 e 2016) e Queiroz Galvão Exploração e produção S.A. (2014 a 2017). No período de 1999 a 2020 atuou no Grupo Mahle exercendo diversas funções em equipes da gestão do Grupo Mahle global, como membro e Presidente de diversos Conselhos de Administração em “joint venture” e empresas do Grupo; e na Mahle Metal Leve S.A. exerceu as funções de Diretor Administrativo – Financeiro e de Relações com Investidores no período de 1999 a 2020, sendo que no período de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. No período de 1990 a 1998 exerceu as funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços chegando a atuar como Diretor Administrativo – Financeiro, na divisão de comércio, do Grupo da América do Sul da empresa. No período de 1984 a 1989 atuou na empresa KPMG Auditores Independentes na função de Gerente de Auditoria da German Desk, filial no Rio de Janeiro.

Candidato a membro suplente por acionistas minoritários: Christiano Ernesto Burmeister: O Sr. Christiano Ernesto Burmeister, 74 anos, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1975 e engenheiro eletrônico graduado pela Universidade Mackenzie em 1971. Atuava na GBS Consultoria: Governança Corporativa e Coaching desde 2010. Atuou na BASF S.A. no período de 1975 e 2003 exercendo diversos cargos neste período, tendo como último cargo Vice-Presidente da BASF América do Sul. É membro do Conselho Fiscal da Associação Beneficente Mahle desde abril de 2009; membro do Conselho Superior de Agricultura do FIESP (“COSAG”), a convite do Ministro Sr. Roberto Rodrigues, então Presidente da COSAG, desde 2009; ex-membro do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (“ANDEF”) nos períodos de 1987 à 1989, 1993 à 1997 e 2006 à 2010); ex-membro do Conselho Consultivo do Sindicato Nacional de Defensivos Agrícolas, no período de 2006 à 2010 e ex-membro do Conselho da Câmara de Comércio-Indústria Brasil-Alemanha no período de 2005 à 2016, representando a TASA.

Informações detalhadas sobre os candidatos indicados pelos acionistas minoritários, exigidas pelos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do **Anexo VI** à presente Proposta

3. Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2022.

A proposta de remuneração global anual apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$ 54.107.233,06 para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluídos todos os benefícios. Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2022.

Do total de R\$ 54.107.233,06, R\$ 45.008.316,59 referem-se à remuneração da Diretoria Estatutária, R\$ 7.933.107,47 correspondem à remuneração do Conselho de Administração, e os demais R\$ 1.165.809,00 referem-se à remuneração do Conselho Fiscal. Vide tabela abaixo:

	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração variável	Remuneração em ações	Benefícios	Total Remuneração
Conselho de Administração	8,00	7.850.406,10	-	-	82.701,37	7.933.107,47
Diretoria Estatutária	4,00	13.019.879,32	24.586.331,62	6.725.547,32	676.558,33	45.008.316,59
Conselho Fiscal	6,00	1.156.490,91	-	-	9.318,09	1.165.809,00
Total da Remuneração	18,00	22.026.776,33	24.586.331,62	6.725.547,32	768.577,79	54.107.233,06

Remuneração Fixa

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é composta de 13 salários ao ano e férias correspondentes. Aos membros do Conselho de Administração é atribuída uma remuneração fixa mensal, e poderão receber uma remuneração fixa mensal adicional àqueles que participam de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa mensal.

Benefícios

O pacote de benefícios oferecido à Diretoria Estatutária inclui assistência médica, seguro de vida, tíquete refeição, tíquete combustível, uso de telefone celular e demais benefícios legais. Aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é oferecido seguro de vida.

Remuneração Variável de Curto Prazo

No que se refere à remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) as avaliações de desempenho individuais; e (ii) os indicadores de desempenho da Companhia, como o EBITDA, obtido através da receita líquida da Companhia.

Incentivos de Longo Prazo

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2009 direcionado aos executivos e colaboradores em posição de comando.

As concessões são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia e desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas em 4 anos consecutivos, à proporção de 25% ao ano, a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os termos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e respectivos Contratos de Outorga.

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de incentivos de longo prazo ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável e/ ou incentivos de longo prazo ao Conselho no exercício de 2021 e não será concedida para o exercício de 2022. Todos os pacotes de remuneração oferecidos encontram-se alinhados aos padrões de mercado para o desempenho de funções semelhantes.

Outorga Direta de Ações como Parte do Pagamento a Administradores:

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores possa ser paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 29 de abril de 2022. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480 constam no **Anexo VIII** à presente Proposta.

4. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos.

Nos termos da Lei das S.A. e Artigos 29º e 30º do Estatuto Social da companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; **(ii)** pagamento de dividendo obrigatório em percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício e; **(iii)** constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Propõe-se que o montante global de dividendos distribuídos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 seja de R\$ 2.171.650.197,74. Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 33,77% de dividendo adicional.

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 958.388.883,85, equivalente a R\$ 1,40031158400 por ação. Em 16 de dezembro de 2021 foi também aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 830.111.400,00, equivalente a R\$ 1,250217332 por ação.

Considerando os dividendos intercalares pagos no montante de R\$ 1.788.500.283,85 e percentuais propostos de distribuição, a Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a proposta de pagamento de dividendo adicional de R\$ 383.149.913,89. Fica registrado que os dividendos adicionais ora declarados serão distribuídos à conta do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia. Os dividendos corresponderão ao valor aproximado de R\$ 0,5770558784 por ação ordinária de emissão da Companhia e serão pagos em moeda corrente nacional, em uma única parcela, sem correção monetária ou incidência de juros, em 22 de abril de 2022, de acordo com os procedimentos da instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, tomando como base a posição acionária de 13 de abril de 2022. As ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos a partir de 14 de abril de 2022.

Todas as citadas propostas precisam ser ratificadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 08 de abril de 2022.

A tabela abaixo demonstra em números a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos realizada:

	<u>2021</u>
Lucro Líquido do exercício de 2021	<u>4.343.300.395,48</u>
(-) Reserva Legal - 5,00%	(217.165.019,77)
(-) Reserva de Incentivo	(431.064.523,68)
Lucro Líquido Ajustado para Fins de Dividendos	<u>3.695.070.852,03</u>
Dividendos obrigatório pago - 25,00%	923.767.713,01
Dividendos adicional pago - 23,40%	864.732.570,84
Dividendos adicional a aprovar - 10,37%	<u>383.149.913,89</u>
Dividendos Pago	<u>2.171.650.197,74</u>
Reserva de Lucro	<u><u>1.523.420.654,29</u></u>

Informações detalhadas sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, exigidas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481, constam do **Anexo IV** à presente Proposta.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas cópias de todos os documentos relacionados às deliberações constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/2009, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.marfrig.com.br), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Com o propósito de participar da Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data de realização da referida Assembleia, ou seja, até às 18h (dezoito horas) do dia 06 de abril de 2022, os documentos listados abaixo, que deverão ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481.

Acionistas Pessoas Físicas

- Documento de identificação com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Acionistas Pessoas Jurídicas

- Cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Obs.: Para os fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do administrador, os documentos societários que comprovem os poderes de representação, além de documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Acionistas Representados por Procuração

- Além dos documentos indicados acima, procuração válida com firma reconhecida, que deverá ter sido outorgada para um procurador que seja acionista, administrador da companhia ou advogado;
- Documento de identificação do procurador com foto.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários. A documentação societária, contudo, deverá comprovar os poderes dos representantes legais que outorgam a procuração em nome da pessoa jurídica.

Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros com a ressalva de que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notariados e consularizados.

Detentores De American Depository Receipts – ADRs

Os detentores de ADRs serão representados na AGO pelo Deutsche Bank, na qualidade de instituição depositária, nos termos do “Deposit Agreement” firmado com a Companhia.

Credenciamento

No caso de outorga de procurações por meio físico, os documentos referidos podem ser entregues na sede da Companhia até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 24 de março de 2022.

Os documentos devem ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Pedidos públicos de Procuração

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração, nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Instrução CVM 481, especialmente em seu Anexo 23, e entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Nos termos da regulamentação em vigor, Companhia atenderá ao pedido público de procuração formulado pelos acionistas em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do referido pedido, dando o mesmo destaque que os demais documentos disponibilizados pela Companhia relativos a esta Assembleia Geral. A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia: (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (ii) por boletim de voto à distância enviado diretamente à Companhia por qualquer acionista, conforme o **Anexo III** ao presente documento. Ressalvada a exceção prevista na Instrução CVM 481, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da

Assembleia Geral portando os documentos exigidos conforme acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da Companhia. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias de antecedência contados da data da realização da Assembleia, ou seja, até 01/04/2022 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da Companhia, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- (i) via física do boletim (**Anexo III**) ao presente documento devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@marfrig.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada

dos demais documentos requeridos, até o dia 05/04/2021 (inclusive), para a Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 3 do boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 01/04/2022 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Estão disponíveis, na sede da Companhia, localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, no site de Relações com Investidores da Marfrig Global Foods S.A. (ri.marfrig.com.br), bem como no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) os seguintes documentos relativos às matérias a serem deliberadas na referida Assembleia:

(I) Edital de Convocação;

(II) Relatório da Administração;

(III) Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;

(IV) Proposta da Administração que contempla: **a)** Modelo de Procuração sem orientação de voto – **Anexo I** ao presente Manual; **b)** Modelo de Procuração com orientação de voto – **Anexo II** ao presente Manual e **Anexo III** - Modelo De Boletim De Voto À Distância; **c)** Manual para Participação na Assembleia; **d)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia; **e)** Informações sobre os candidatos para compor o e Conselho Fiscal; e **f)** Proposta de remuneração global dos membros da Administração para o exercício de 2022.

ANEXO I

MODELO DE PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **sem orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av. [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 08 de abril de 2022, às 10h, Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000., podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, as matérias constantes da Ordem do Dia da citada Assembleia, enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2022]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **com orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 08 de abril de 2022, às 10h, na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

A favor [] Contra [] Abstenção []

2. Eleger os membros do Conselho de Fiscal

A favor [] Contra [] Abstenção []

3. Aprovar a Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2022.

A favor [] Contra [] Abstenção []

4. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos.

A favor [] Contra [] Abstenção []

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia Geral Ordinária e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2022]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO III

MODELO DE BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA AGO DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A DE 08 DE ABRIL DE 2022

1. Nome do acionista

2. CNPJ ou CPF do acionista

3. Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia

4. Orientações de preenchimento

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

5. Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da Companhia. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 01/04/2022 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da Companhia, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(iii) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(iv) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista;

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

(c) para fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@marfrig.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 25/03/2022, para a Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado no item 3 acima.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 01/04/2022 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

A favor [] Contra [] Abstenção []

2. Eleger os membros do Conselho Fiscal.

A favor [] Contra [] Abstenção []

3. Aprovar a Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2022.

A favor [] Contra [] Abstenção []

4. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos.

A favor [] Contra [] Abstenção []

[Cidade], [data]

Nome do Acionista

ANEXO IV

INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 35 ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social de 2021 foi de R\$ 4.343.300.395,48

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Propõe-se que o montante global de dividendos distribuídos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 seja de R\$ 2.171.650.197,74. Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 33,77% de dividendo adicional.

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 958.388.883,85, equivalente a R\$ 1,40031158400 por ação. Em 16 de dezembro de 2021 foi também aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 830.111.400,00, equivalente a R\$ 1,250217332 por ação.

Considerando os dividendos intercalares pagos no montante de R\$ 1.788.500.283,85 e percentuais propostos de distribuição, a Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a proposta de pagamento de dividendo adicional de R\$ 383.149.913,89. Fica registrado que os dividendos adicionais ora declarados serão distribuídos à conta do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia. Os dividendos corresponderão ao valor aproximado de R\$ 0,5770558784 por ação ordinária de emissão da Companhia e serão pagos em moeda corrente nacional, em uma única parcela, sem correção monetária ou incidência de juros, em 22 de abril de 2022, de acordo com os procedimentos da instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, tomando como base a posição acionária de 13 de abril de 2022. As ações da Companhia serão negociadas "ex" dividendos a partir de 14 de abril de 2022.

Todas as citadas propostas precisam ser ratificadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 08 de abril de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 33,77% de dividendo adicional.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Exercícios Social encerrados em 31 de dezembro de:			
	(R\$)		
	2019	2020	2021
Lucro Líquido	218.087.937	3.301.754.532	4.343.300.395
Juros sobre capital próprio bruto	N/A	N/A	N/A
Lucro bruto por ação	N/A	N/A	N/A
Saldo dos Dividendos bruto	N/A	141.083.275	2.171.650.198
Lucro bruto por ação	N/A	0,2038902	3,2275847944
Ações consideradas para o cálculo	700.997.584	691.956.807	672.840.663*

* Em 10 de agosto de 2021 foi considerado 684.411.166 ações, em 16 de dezembro de 2021 e o adicional proposto foi de 663.973.678 ações.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A administração propõe o pagamento de dividendo adicional, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária convocada a realizar-se em 08 de abril de 2022, no montante de R\$ 383.149.913,89, equivalente ao valor aproximado de R\$ 0,5770558784 por ação.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O dividendo adicional no valor R\$ 383.149.913,89, ora proposto, será pago em moeda corrente nacional, em uma única parcela, sem correção monetária ou incidência de juros, em 22 de abril de 2022, de acordo com os procedimentos da instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

O dividendo adicional proposto desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, serão negociados “ex-dividendos” em 14 de abril de 2022, tomando como data de corte a posição acionária de 13 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou Juros sobre capital próprio em outros períodos.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

N/A

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**
- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercícios Social encerrados em 31 de dezembro de:			
	(R\$)		
	2019	2020	2021
Lucro Líquido	218.087.937	3.301.754.532	4.343.300.395
Juros sobre capital próprio bruto	N/A	N/A	N/A
Lucro bruto por ação	N/A	N/A	N/A
Saldo dos Dividendos bruto	N/A	141.083.275	2.171.650.198
Lucro bruto por ação	N/A	0,2038902	3,2275847944
Ações consideradas para o cálculo	700.997.584	691.956.807	672.840.663*

* Em 10 de agosto de 2021 foi considerado 684.411.166 ações, em 16 de dezembro de 2021 e o adicional proposto foi de 663.973.678 ações.

Observa-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

A Reserva Legal foi constituída com base no art. 193 da Lei nº 6.404/76 em 05% (cinco por cento) do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 depois da compensação do prejuízo acumulado com base no art. 189 da Lei nº 6.404/76, no montante total de R\$ 217.165 mil (duzentos e dezessete milhões e cento e sessenta e cinco mil Reais), antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do Capital Social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Valores expressos em milhares de reais

	2021
Lucro Líquido do exercício de 2021	R\$ 4.343.300
Reserva Legal - 5%	R\$ 217.165

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Artigo 29 de nosso estatuto Social estabelece que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº. 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá:

- (a)** deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e
- (b)** declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório foi pago integralmente, através de dividendos intermediários. A Administração da Companhia aprovou a seus acionistas o pagamento de dividendo em percentual de 58,77% (quarenta e oito inteiros e quarenta centésimos por cento) sobre o lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 2.171.650.197,74.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c. Justificar a retenção dos dividendos**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingência.

- a. Identificar o montante destinado a reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Propõe-se a que o saldo havido após a constituição da reserva legal, reserva de incentivo fiscal e distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.523.420.654,29, seja destinado a reserva de lucros conforme previsão estatutária.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do Art. 29, §3º, c do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal; b) pagamento de dividendo obrigatório; e c) constituição de reserva de lucros. A Administração propõe, nos termos de seu Estatuto Social, que o saldo havido após a constituição da reserva legal e pagamento de dividendos seja alocado como reserva de lucros. Abaixo transcreve-se a cláusula correspondente do Estatuto:

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a. 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; b. pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto e a legislação aplicável e; c. constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor é de R\$ 1.523.420.654,29.

c. Descrever como o montante foi calculado

	2021
Lucro Líquido do exercício de 2021	<u>4.343.300.395,48</u>
(-) Reserva Legal - 5,00%	(217.165.019,77)
(-) Reserva de Incentivo	(431.064.523,68)
Lucro Líquido Ajustado para Fins de Dividendos	<u>3.695.070.852,03</u>
Dividendos obrigatório pago - 25,00%	923.767.713,01
Dividendos adicional pago - 23,40%	864.732.570,84
Dividendos adicional a aprovar - 10,37%	<u>383.149.913,89</u>
Dividendos Pago	<u>2.171.650.197,74</u>
Reserva de Lucro	<u><u>1.523.420.654,29</u></u>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros previstos em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

A companhia destinou o montante de R\$ 431.064.523,68 para reservas de incentivos fiscais, de acordo com as subvenções concedidas no exercício de 2021.

b. Explicar a natureza da destinação

A Companhia possui subvenções de ICMS concedidos pelos governos estaduais, sendo: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC); Programa Estadual de Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne de Gado Vacum, Ovino e Bufalino (Agregar-RS Carnes); Programa do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional (CONDER-RO), tais incentivos estão diretamente ligados ao investimento em unidades produtivas, geração de empregos, desenvolvimento social e econômico, além do crescimento harmônico e integrado das operações industriais.

ANEXO V

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para uma apresentação das informações financeiras da Companhia e informações adicionais sobre o tema, veja o item 3.9 deste Formulário de Referência.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação dos diretores da Companhia, a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia reflete o comprometimento com a melhoria de sua estrutura de capital, bem como a busca por um melhor desempenho de nossas atividades.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou seu redirecionamento estratégico para proteína animal e vegetal, com produtos de maior valor agregado e o atingimento de uma estrutura de capital de baixa alavancagem, desta forma, destacamos:

(i) Constituição da Plantplus Foods Brasil Ltda., sociedade que tem como objeto social o desenvolvimento de negócios relativos à consultoria empresarial, pesquisa, desenvolvimento, produção, promoção e comercialização de produtos alimentícios processados à base de proteína vegetal;

(ii) Adquiriu diretamente no mercado e leilão em bolsa 33,20% do capital social da BRF S.A. (BRF), representando 269.734.803 ações ordinárias. A participação na BRF mencionada visa a diversificar os investimentos da Companhia em um segmento que possui complementaridades com seu setor de atuação em uma Companhia onde a Administração vem realizando uma reconhecida gestão. Em 20 de outubro de 2021, ocorreu o trânsito em julgado da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que aprovou, sem restrições, a aquisição das ações da BRF, conforme informado nos Fatos Relevantes dos dias 21 de maio e 3 de junho de 2021 e Comunicado ao Mercado de 23 de setembro de 2021; e

(iii) Firmou acordos definitivos para adquirir a Sol Cuisine Ltd (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG, e a DEW – Drink Eat Well, LLC (“Hilary’s”), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América. O valor consolidado das aquisições será de cerca de US\$ 140 milhões, dos quais a Marfrig capitalizará aproximadamente US\$ 100 milhões, referente à sua participação na joint venture, através de caixa próprio. As aquisições da Sol Cuisine e da Hilary’s, quando concluídas, aumentarão o portfólio de produtos e a capacidade para aprimorar as operações da PlantPlus Foods na América do Norte. As transações estão sujeitas às condições habituais de mercado.

- Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

- A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

No ano de 2020, a Companhia realizou seu redirecionamento estratégico para proteína animal e vegetal, com produtos de maior valor agregado e o atingimento de uma estrutura de capital de baixa alavancagem, desta forma, destacamos:

(i) Constituição de uma empresa no Paraguai - Las Ánimas S.A;

(ii) Aquisição de planta de processados na Argentina - Campo del Tesoro, líder na produção de hambúrgueres de carne bovina para o food service na Argentina; e

(iii) Criação da joint venture PlantPlus que produzirá e comercializará produtos de base vegetal.

No ano de 2019, teve o seu redirecionamento estratégico para proteína animal e vegetal, com produtos de maior valor agregado e o atingimento de uma estrutura de capital de baixa alavancagem, desta forma, destacamos:

(i) a aquisição da Quickfood, líder no mercado na produção e comercialização de hambúrgueres na Argentina;

(ii) a aquisição da planta de processados de Várzea Grande, no Mato Grosso, com capacidade de produção de 69 mil toneladas de hambúrgueres e mais de 27 mil toneladas de outros produtos;

(iii) em conjunto com outros acionistas da National Beef, a aquisição de Iowa Premium, em Tama – Iowa, nos EUA;

(iv) em agosto, a Marfrig em parceria com a companhia americana Archer Daniels Midland Company (ADM), uma das maiores processadoras agrícolas e fornecedoras de ingredientes alimentícios do mundo, iniciamos a produção e comercialização de produtos de base vegetal no Brasil. A novidade veio com o lançamento do hambúrguer Rebel Whopper da rede de fast food Burger King, elaborado com o hambúrguer vegetal da Marfrig;

(v) em novembro, por meio de sua subsidiária, NBM US Holdings, Inc, aumentou sua participação no capital social da controlada National Beef, com a transferência para a NBM e demais acionistas minoritários de 5.395,17 ações representativas de 31,17% do capital votante e total da National Beef, sendo este o total de ações detidas pela acionista Jefferies Financial Group Inc. que se retira da sociedade; e

(vi) em dezembro de 2019, a Companhia concluiu o aumento de capital no montante de R\$ 900.901, equivalente à emissão de 90.090.091 novas ações, através da oferta pública de distribuição primária. Após a oferta primária, o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”) alienou a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade e, como consequência, o Acordo de Acionista da Companhia celebrado entre MMS Participações Ltda. e a BNDESPAR em 5 de agosto de 2010 foi extinto de pleno direito para todos os fins e efeitos.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA UDM	1,51x	1,57x	2,77x
Dívida Líquida ⁽¹⁾ /EBITDA UDM/(carve-out) ⁽²⁾	1,32x	0,98x	2,36x
Índice de liquidez corrente ⁽³⁾	1,14x	1,33x	1,36x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	56	42	54
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	77,4%	75,5%	78,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	20,2%	11,2%	4,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	79,8%	88,8%	96,0%

(1) Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(2) Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

(3) Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 30,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, 2019, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 26,8 bilhões e R\$ 21,7 bilhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 20,2% denominado em Reais e 79,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 5,5% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 1,51x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,14x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 de R\$8.400,3 bilhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 1,32x em 31 de dezembro de 2021. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 22,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 77,4% os vencimentos do longo prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do total de empréstimos, financiamentos e debêntures era 11,2% denominado em Reais e 88,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 5,7% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 1,57x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,33x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2020 de R\$11.757,4 bilhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 0,98x em 31 de dezembro de 2020. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 24,5% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 75,5% os vencimentos do longo prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do total de empréstimos, financiamentos e debêntures, apenas 21,2% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 78,8% os vencimentos do longo prazo. Em linha com o objetivo de alongar e reduzir o custo de seu endividamento, destacamos a décima terceira operação concluída em julho de 2019, por meio da subsidiária NBM US Holdings., que compreendeu uma oferta de Sênior Notes denominada *Sustainable Transition Bond*, de 10 anos no valor de US\$500 milhões. Os recursos captados com a emissão foram investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2019, foram utilizados o equivalente a R\$ 730 milhões

(US\$ 181 milhões) dos recursos e o restante será utilizado com base nos critérios acima descritos, os quais encontram-se aplicados aguardando sua devida utilização.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados. Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante):

- Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 11,6% de capital próprio e 88,4% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta de 8,9% de capital próprio e 91,1% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta de 5,6% de capital próprio e 94,4% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

Com a variação gerada pelas aquisições das ações da BRF e a constituição da PlantPlus Foods Brasil Ltda. que ocorreram durante o ano de 2021, fez com que acontecesse alterações na estrutura de capital próprio e de capital de terceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No ano de 2020, a estrutura de capital próprio e de capital de terceiros sofreu alteração, com variação gerada pelas combinações de negócios nas constituições da Las Animas sob as Leis da República do Paraguai em 24 de setembro 2020 e PlantPlus sob as Leis de Delaware em 26 de outubro de 2020, e por fim a aquisição da Campo del Tesoro, adquirida em 05 de outubro de 2020, conforme descrito na nota explicativa 11, das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020.

A estrutura de capital próprio e de capital de terceiros sofreu alteração para o ano de 2019, com variação gerada pelas combinações de negócios na aquisição da Quickfood S.A. e Iowa Premium, LLC, adquiridas pela Companhia, através de suas subsidiárias, em 03 de janeiro de 2019 e 10 de junho de 2019, respectivamente, além da aquisição de 30,73% de participação adicional na controlada National Beef Packing Company, LLC, em 29 de novembro de 2019. Os custos relacionados as combinações de negócios nos montantes equivalentes de R\$1,0 milhão e R\$12,7 milhões, respectivamente, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - disponibilidades	8.400.260	11.757.449	8.410.113
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela circulante	6.842.294	6.566.089	4.594.444
Indicador de liquidez modificado	1,23	1,79	1,83

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a capacidade de pagamento da Companhia frente aos seus compromissos financeiros é considerada confortável levando-se em consideração suas disponibilidades, seu perfil do endividamento que possui e sua expectativa de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, do total do endividamento bruto, apenas 22,6% tinha vencimento no curto prazo enquanto 77,4% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$8.400,3 bilhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,23x.

Em 31 de dezembro de 2020, do total do endividamento bruto, apenas 24,5% tinha vencimento no curto prazo enquanto 75,5% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$11.757,4 bilhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,79x.

Em 31 de dezembro de 2019, do total do endividamento bruto, apenas 21,2% tinha vencimento no curto prazo enquanto 78,8% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$8.410,1 bilhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,83x.

Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores entendem que nos últimos três exercícios, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissão de dívida (bonds e debêntures); (iv) oferta subsequente de ações primárias (*Follow-on*).

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes, e (iii) redução do endividamento e das taxas de juros a elas atreladas.

Os Diretores acreditam que essas fontes de financiamento estão adequadas ao perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R\$ 8.400,3 bilhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, em comparação com R\$ 6.842,3 bilhões em dívida de curto prazo. Considerando o perfil de dívida da Companhia e sua capacidade histórica de levantar capital e gerar caixa em dólares americanos e reais, a Companhia espera poder pagar suas dívidas, usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívida e patrimônio e condições de pagamento estendidas aos seus fornecedores.

A Companhia acredita que o foco em seu negócio principal, juntamente com os investimentos que planejam fazer nos próximos anos, permitirá um aumento na geração de caixa. Isso, por sua vez, pode aumentar gradualmente a capacidade da Companhia de pagar suas obrigações financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, descrito por modalidade, com as taxas médias ponderadas e os prazos médios ponderados de vencimento:

Linha de crédito	Encargos (%a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Em 31 de dezembro de		
				2021 (R\$ mil)	2020 (R\$ mil)	2019 (R\$ mil)
MOEDA NACIONAL:						
FINAME/FINEP		-	-	-	1	1.001
NCE/Capital de Giro	Taxa Fixa+%CDI	10,05%	0,94	503.596	1.330.955	618.476
CPR / CCB	CDI	6,46%	2,25	3.908.698	1.180.979	-
Debêntures não conversíveis - CRA	CDI	8,09%	5,69	1.701.325	497.449	247.751
Total moeda nacional		7,21%		6.113.619	3.009.384	867.228
MOEDA ESTRANGEIRA:						
NCE/Pré-pagamento(US\$/ACC(US\$)	Taxa Fixa + V.C	3,16%	0,88	4.692.841	2.832.883	1.909.018
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	5,40%	7,27	16.138.569	16.546.530	15.039.625
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Pós + V.C.	4,50%	0,85	2.146.146	2.739.359	2.267.132
Empréstimo Bancário (EUR)	Taxa Pós + V.C	9,13%	2,47	1.234.623	-	-
Linha de Crédito Rotativo - Revolving	Taxa Pós + V.C.	-	-	-	1.681.991	1.633.277
Total moeda estrangeira		5,08%		24.212.179	23.800.763	20.849.052
Total de empréstimos, financiamento e debêntures		5,51%		30.325.798	26.810.147	21.716.280
Passivo circulante				6.842.294	6.566.089	4.594.444
Passivo não circulante				23.483.504	20.244.058	17.121.836

Dentre os empréstimos e financiamentos apresentados acima, o quadro abaixo indica, de modo individualizado, os contratos das *Senior Notes* do balanço consolidado, com saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2021, e as dívidas que individualmente sejam superiores a R\$ 100,0 milhões:

Tipo de Contrato	Valor de principal (em milhões)	Data de emissão	Custo anual	Saldo em 31/12/2021 (em milhões)
CPR / CCB	BRL 700,00	01/10/2021	9,75%	R\$706,89
NCE/Capital de Giro	BRL 409,65	11/10/2019	10,81%	R\$209,22
NCE/Capital de Giro	BRL 150,00	12/04/2021	8,91%	R\$158,60
CPR / CCB	BRL 525,00	31/05/2021	11,56%	R\$527,80
CPR / CCB	BRL 1.050,00	02/06/2021	11,58%	R\$1.054,84
CPR / CCB	BRL 531,98	27/05/2021	9,56%	R\$558,18
CPR / CCB	BRL 506,66	07/06/2021	9,77%	R\$530,79
CPR / CCB	BRL 125,00	14/06/2021	9,88%	R\$130,81
CPR / CCB	BRL 117,00	06/09/2021	10,74%	R\$120,42
CPR / CCB	BRL 200,00	30/07/2021	9,33%	R\$207,45
Debêntures não conversíveis - CRA	BRL 250,00	13/09/2019	8,14%	R\$252,26
Debêntures não conversíveis - CRA	BRL 250,00	14/07/2020	8,77%	R\$258,56
Debêntures não conversíveis - CRA	BRL 777,13	13/09/2019	7,93%	R\$771,34
Debêntures não conversíveis - CRA	BRL 422,87	13/09/2019	7,95%	R\$419,16
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 22,00	14/12/2021	2,90%	R\$122,94
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 30,00	23/03/2021	5,00%	R\$173,31
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 25,00	07/04/2021	3,35%	R\$140,59
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 25,00	07/04/2021	3,70%	R\$140,71
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	22/07/2021	2,75%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 26,80	26/01/2021	2,93%	R\$149,56
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	22/02/2021	2,90%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	31/03/2021	2,96%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	14/04/2021	3,29%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	28/04/2021	2,90%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	29/04/2021	3,25%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	18/11/2020	3,35%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	26/05/2021	2,91%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	08/12/2020	3,38%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	12/03/2021	2,99%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	02/07/2021	2,75%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	06/07/2021	3,20%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	10/09/2021	3,00%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 35,00	15/09/2021	2,95%	R\$195,32
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 30,00	06/10/2021	2,96%	R\$167,42
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 35,00	05/11/2021	3,00%	R\$195,32
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 25,00	18/02/2021	3,25%	R\$139,51
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	31/05/2021	3,20%	R\$111,61
NCE/Pré-pagamento(US\$)/ACC(US\$)	USD 20,00	04/11/2021	3,45%	R\$111,61
Senior Notes 2028	USD 60,00	03/01/2018	5,00%	R\$234,82
Senior Notes 2026	USD 1.000,00	14/05/2019	7,00%	R\$5.001,44
Senior Notes 2029	USD 500,00	06/08/2019	5,63%	R\$2.848,60
Senior Notes 2031	USD 1.500,00	29/01/2021	3,95%	R\$8.053,70
Empréstimo Bancário (US\$)	USD 500,00	26/06/2020	3,35%	R\$1.562,45
Empréstimo Bancário (EUR)	EUR 67,00	07/06/2021	8,28%	R\$438,83
Empréstimo Bancário (EUR)	EUR 123,91	22/10/2021	9,60%	R\$795,79

Os Diretores da Companhia entendem que as modalidades abaixo expressam os empréstimos e financiamentos mais relevantes, os quais podemos descrever da seguinte forma:

São captações de dívida de longo prazo realizadas, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (Bonds) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados e de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933 (Rule 144A/Reg S).

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realizou quatorze captações desta natureza desde 2006, sendo que dez operações foram integralmente quitadas.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores e em vigor em 31 de dezembro de 2021.

Nota de crédito à exportação – NCE/Capital de Giro

A Companhia emitiu notas de crédito à exportação que visa fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinados à exportação. As notas acumulam uma média de juros anual na taxa de 10,05%. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desses contratos totaliza o valor de R\$ 503,6 milhões.

Contrato de Financiamento de Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)

A Companhia celebrou Contratos de Financiamentos de Pré-Exportação, esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinada à exportação. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desses contratos totaliza o valor de R\$ 4.692,8 milhões.

Cédula de Crédito – CPR & CCB

A Companhia celebrou contratos de Cédula de Crédito entre Crédito de Produtor Rural (CPR) e Cédula de Crédito Bancário (CCB), esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia. Os contratos acumulam juros a uma taxa anual média de 6,46% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desses contratos totaliza o valor de R\$ 3.908,7.

Debêntures Não Conversíveis - CRA

Em 13 de setembro de 2019, nós emitimos 250.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o valor de R\$250 milhões, com taxa de juros de 1,98% a.a., com vencimento final em setembro de 2023.

Em 14 de julho de 2020, nós emitimos 250.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$250 milhões, com taxa de juros de 4,18% a.a., com vencimento final em julho de 2022. As Debêntures foram subscritas e integralizadas pela RB Capital Companhia de Securitização com os recursos provenientes de uma oferta pública de distribuição de certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”). Os CRAs são lastreados em direitos creditórios do agronegócio da Companhia.

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), no valor total de R\$ 1,2 bilhão, emitidas para colocação privada, com vencimento da primeira emissão em 15 de julho de 2028 e a segunda emissão em 15 de julho de 2031, sendo esta a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures da Companhia.

2026 Notes

A décima segunda operação, foi concluída em 14 de maio de 2019, e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. emitiu US\$ 1,0 bilhão em valor principal agregado de Senior Notes com vencimento em 14 de maio de 2026 (“2026 Notes”). As notas foram emitidas para financiar ofertas de leilão para as Senior Notes de 2021 e 2023 e pagar taxas e despesas associadas a essas transações, com os recursos líquidos restantes para pagar outras dívidas pendentes (incluindo, entre outras, recompras no mercado aberto de algumas das dívidas pendentes da Companhia). As notas foram oferecidas aos QIBs nos Estados Unidos, com base na isenção de registro fornecida pela Rule 144-A e a certas pessoas não-americanas em transações offshore, com base no Regulation S. As notas rendem juros de 7% ao ano com taxas semestrais devidas em 14 de maio e 14 de novembro de cada ano, com início em 14 de novembro de 2019. As notas são garantidas incondicional e irrevogavelmente pela Marfrig, MARB, Marfrig Holdings e Marfrig Overseas.

2028 Notes

A décima operação foi concluída em janeiro de 2018, e compreendeu a emissão pela Cledinor S.A no valor de US\$60 milhões de Senior Notes, com cupom de 5,82% a.a., com vencimento de principal em 10 anos (Jan/2028), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BBB+ pela FixScr Uruguay (afiliada a Fitch Ratings) . Esta operação tem como garantidoras as controladas pertencentes a Companhia no Uruguai: Frigorífico Tacuarembó, Inaler S.A e Estabelecimentos Colonia S.A. O objetivo da emissão foi otimizar a estrutura de capital da Companhia e financiar futuros investimentos nas operações do Uruguai.

2029 Notes

A décima terceira operação, denominada Sustainable Transition Bond, foi concluída em julho de 2019 e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. de US\$500 milhões de Sênior Notes, com cupom de 6,625% a.a. e pagamento semestral de juros, com vencimento principal em 10 anos (Agosto/2029), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BB- pela Standard & Poors (“S&P”) e BB- pela Fitch Ratings. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited e Marfrig Holdings (Europe) B.V. Os recursos captados com a emissão serão investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia.

2031 Notes

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu uma oferta no exterior de bônus (bonds), no valor total de US\$ 1,5 bilhão. A emissão teve demanda 4,5 vezes superior à oferta. Os bonds com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 3,95% a.a., menor valor histórico da Companhia. A operação recebeu classificação de risco em moeda estrangeira de “BB-” pela Standard & Poors (“S&P”) e “BB” pela Fitch Ratings. A operação tem como garantidoras a Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

A emissão faz parte do processo de Liability Management, cujo objetivo é o de alongar o perfil e reduzir o custo da estrutura de capital da Companhia foi utilizada no processo de *Tender Offer* das Senior Notes, com remuneração de 7% a.a. e vencimento em 2024 e Senior Notes, com remuneração de 6,875% a.a. e vencimento em 2025.

Empréstimo Bancário (US\$)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 2.146,1 de empréstimo bancário em U\$ dólar, a uma taxa média de 4,5% a.a, esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Empréstimo Bancário (EUR)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 1.234,6 de empréstimo bancário em Euro, a uma taxa média de 9,13% a.a, esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Contratos de financiamento firmados com os compradores ou suas afiliadas

Na data deste formulário de referência, e exceto pelas facilidades de capital de giro celebradas no curso normal dos negócios da Companhia e conforme divulgado acima, a Companhia não tem outros contratos de financiamento celebrados com os compradores iniciais ou suas afiliadas.

Cronograma consolidado de vencimento do endividamento em todas as moedas:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
2020	-	-	4.594.444
2021	-	6.566.089	259.549
2022	6.842.294	2.859.065	1.851.941
2023	1.879.917	1.214.054	1.917.393
2024	3.686.239	3.884.751	3.002.949
2025 a 2031	17.917.348	12.286.188	10.090.004
Total	30.325.798	26.810.147	21.716.280

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores confirmam que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não em decorrência dos financiamentos, empréstimos e garantias acima descritos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece ainda que, nos três últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores entendem que as principais restrições impostas à Companhia em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas nos contratos de dívida que evidenciam ou governam seu endividamento pendente, tais como, limitações à assunção de novas dívidas, gravames, pagamentos e investimentos restritos, dentre outras cláusulas restritivas que são padrão nos tipos de instrumentos de dívida celebrados, incluindo o seguinte:

- Não incorrer em nenhum novo endividamento (conforme definido em tais contratos) que, na data de tal ocorrência, considerando seu efeito *pro forma*, levaria a relação dívida líquida/EBITDA (conforme definida em tais contratos) a ser superior a 4,75 ou, no caso de financiamentos bancários, manter uma relação dívida líquida financeira/EBITDA (conforme definido em tais contratos), que não exceda 4,75.
- Não restringir a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de: (i) pagar dividendos/outras distribuições entre grupos, (ii) incorrer ou pagar dívidas/adiantamentos entre empresas, ou (iii) transferir propriedades ou ativos entre eles.
- Não vender quaisquer ativos, a menos que: (i) a venda do ativo seja pelo valor justo de mercado; (ii) pelo menos 75% da contraprestação consista em dinheiro ou ativos/propriedades relacionados aos negócios da Companhia; e (iii) dentro de 360 dias após a recebimento de tais recursos, eles sejam usados para pagamento de dívidas ou aquisição de ativos adicionais em negócios relacionados aos negócios da Companhia.
- Não emitir, vender ou transferir ações ordinárias de subsidiárias, exceto se para a própria Companhia ou suas subsidiárias ou em conformidade com as cláusulas que previam limitação na venda de ativos ou limitação de pagamentos restritos.

Além disso, certos contratos contêm cláusulas de *cross default*, em caso de inadimplência da Companhia ou de suas subsidiárias. A Companhia continua a pagar suas dívidas e efetuar pagamentos programados de principal e juros.

Limites de endividamento

Os contratos de empréstimos e financiamentos são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo covenant de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA UDM (últimos doze meses).

A penalidade ao não cumprimento desse covenant é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de
	2021
Dívida bruta consolidada	30.325.798
(-) Disponibilidade consolidada	8.400.260
Dívida líquida consolidada	21.925.538
LAJIDA (UDM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	14.544.132
Quociente de LAJIDA	1,51
Dívida líquida consolidada	21.925.538
(-) Efeito de variação cambial (<i>carve-out</i>)	2.738.926
Dívida líquida consolidada ajustada	19.186.612
Indicador de alavancagem para <i>covenants</i> financeiros	1,32

Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/ EBITDA UDM), a Companhia esclarece que por tal

metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/ EBITDA UDM), ficou em 1,32x em 31 de dezembro de 2021.

Restrição à alienação de ativos

Existem restrições a alienação de ativos que possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no âmbito de certos Adiantamentos a Contratos de Câmbio – ACC.

Restrição à alienação de Controle

Há restrições a alienação de controle da beneficiária dos créditos nos financiamentos provenientes de NCEs, Finame, NPRs, CCBs e alguns ACCs.

(g) Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização de financiamentos já contratados

Os Diretores informam que todos os contratos de financiamento foram liberados integralmente após a respectiva aprovação e formalização com a contraparte credora.

(h) Comentários dos Diretores a respeito de alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nas tabelas abaixo, “AH” e “AV” constantes das colunas significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 comparado a 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	31-dez-21	AV	31-dez-20	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	1.759.482	3,67%	2.041.924	5,17%	-13,83%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.640.778	13,83%	9.715.525	24,59%	-31,65%
Valores a receber - Clientes nacionais	2.679.813	5,58%	2.026.341	5,13%	32,25%
Valores a receber - Clientes internacionais	1.161.561	2,42%	486.691	1,23%	138,66%
Estoques de produtos e mercadorias	4.351.282	9,06%	2.851.160	7,22%	52,61%
Ativos biológicos	64.162	0,13%	36.922	0,09%	73,78%
Tributos a recuperar	1.937.212	4,04%	704.783	1,78%	174,87%
Despesas do exercício seguinte	108.830	0,23%	93.107	0,24%	16,89%
Títulos a receber	60.472	0,13%	27.400	0,07%	120,70%
Adiantamentos a fornecedores	368.391	0,77%	154.978	0,39%	137,71%
Outros valores a receber	382.322	0,80%	281.071	0,71%	36,02%
Total do Ativo Circulante	19.514.305	40,65%	18.419.902	46,62%	5,94%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.098.021	12,70%	-	-	100,00%
Depósitos judiciais	62.627	0,13%	48.943	0,12%	27,96%
Títulos a receber	-	-	2.150	0,01%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	885.048	1,84%	1.542.293	3,90%	-42,61%
Tributos a recuperar	3.111.719	6,48%	3.000.291	7,59%	3,71%
Outros valores a receber	260.735	0,54%	234.790	0,59%	11,05%
Investimentos	242.199	0,50%	60.023	0,15%	303,51%
Propriedades para Investimento	104.923	0,22%	150.657	0,38%	-30,36%
Imobilizado	9.132.568	19,02%	7.524.964	19,05%	21,36%
Direito de uso	659.967	1,37%	537.955	1,36%	22,68%
Intangível	7.931.146	16,52%	7.985.473	20,21%	-0,68%
Total do Ativo não Circulante	28.488.953	59,35%	21.087.539	53,38%	35,10%
TOTAL DO ATIVO	48.003.258	100,00%	39.507.441	100,00%	21,50%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-21	AV	31-dez-20	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	3.826.714	9,02%	2.768.069	7,69%	38,24%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	2.374.509	5,60%	1.545.664	4,29%	53,62%
Impostos, taxas e contribuições	950.421	2,24%	509.299	1,41%	86,61%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.842.294	16,13%	6.566.089	18,24%	4,21%
Títulos a pagar	134.956	0,32%	125.899	0,35%	7,19%
Arrendamentos a pagar	161.032	0,38%	161.432	0,45%	-0,25%
Dividendos a Pagar	357.311	0,84%	70.542	0,20%	406,52%
Antecipações de clientes	1.994.756	4,70%	1.710.034	4,75%	16,65%
Outras obrigações	405.669	0,96%	407.360	1,13%	-0,42%
Total do Passivo Circulante	17.047.662	40,18%	13.864.388	38,52%	22,96%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23.483.504	55,34%	20.244.058	56,24%	16,00%
Impostos, taxas e contribuições	433.763	1,02%	372.302	1,03%	16,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117.279	0,28%	98.831	0,27%	18,67%
Provisão para contingências	280.809	0,66%	428.939	1,19%	-34,53%
Arrendamentos a pagar	481.430	1,13%	527.998	1,47%	-8,82%
Títulos a Pagar	201.044	0,47%	246.356	0,68%	-18,39%
Outras obrigações	386.044	0,91%	210.506	0,58%	83,39%
Total do Passivo não Circulante	25.383.873	59,82%	22.128.990	61,48%	14,71%
TOTAL DO PASSIVO	42.431.535	88,39%	35.993.378	91,11%	17,89%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	8.204.391	17,09%	8.204.391	20,77%	0,00%
Reservas de capital e ações em tesouraria	(2.467.506)	-5,14%	(1.684.338)	-4,26%	46,50%
Reserva legal	276.492	0,58%	59.327	0,15%	366,05%
Reserva de incentivo fiscal	431.064	0,90%	-	-	1026,35%
Reservas de lucros	1.671.852	3,48%	148.431	0,38%	1284,48%
Dividendo adicional proposto	383.150	0,80%	70.542	0,18%	443,15%
Outros resultados abrangentes	(4.582.523)	-9,55%	(4.703.644)	-11,91%	-2,58%
Patrimônio líquido de controladores	3.916.920	8,16%	2.094.709	5,30%	86,99%
Participação de não controladores	1.654.803	3,45%	1.419.354	3,59%	16,59%
Total do Patrimônio Líquido	5.571.723	11,61%	3.514.063	8,89%	58,56%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.003.258	100,00%	39.507.441	100,00%	21,50%

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$19.514,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$18.419,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de 5,9%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 40,6% e 46,6% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$8.400,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um decréscimo de 28,6% em relação ao montante de R\$11.757,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 17,5% em 31 de dezembro de 2021 comparado a 29,8% em 31 de dezembro de 2020. Este decréscimo ocorreu devido a compra das ações da BRF e que estão sendo apresentados em Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de longo prazo. A Companhia procedeu com a reclassificação integral das ações adquiridas da BRF, no que tange as ações “B3” e “ADR’s”, para o ativo não circulante, considerando principalmente o cenário de desvalorização dos papéis desde a sua aquisição, dentre outros fatores, culminando na inviabilidade de realização das ações em questão em curto prazo.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$3.841,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 52,9% em relação ao montante de R\$2.513,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 8,0% em 31 de dezembro de 2021 comparado a 6,4% em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo de 52,9% na linha Valores a Receber de Clientes foi impulsionado por uma melhor performance nas operações comerciais, em conjunto, com a variação cambial dos clientes atrelados à outras moedas diferentes de reais.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$4.415,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$2.888,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 52,9%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 9,2% e 7,3% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O acréscimo desta rubrica está atrelado a variação cambial de outras moedas diferentes do Real, aumento do volume e do preço da arroba.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar da Companhia totalizavam R\$1.937,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$704,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 174,9%. Como percentual do ativo total, os tributos a recuperar representavam 4,0% e 1,8% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O acréscimo desta rubrica está atrelado ao aumento dos créditos do imposto de renda pagos por empresas do grupo no exterior.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$28.489,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 35,1% em relação ao montante de R\$21.087,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 59,4% em 31 de dezembro de 2021 comparado a 53,4% em 31 de dezembro de 2020. Este acréscimo ocorreu devido a apresentação das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários das ações adquiridas da BRF no longo prazo no montante de R\$ 6.098,0. Companhia procedeu com a reclassificação integral das ações adquiridas da BRF, para o ativo não circulante, considerando principalmente o cenário de desvalorização dos papéis desde a sua aquisição, dentre outros fatores, culminando na inviabilidade de realização das ações em questão em curto prazo.

Imobilizado e Direito de uso totalizavam R\$9.792,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$8.062,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 21,4%. Como percentual do ativo total, o imobilizado representava 20,4% em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo na linha de Imobilizado é explicado principalmente pela manutenção das fábricas da Companhia na América do Norte e América do Sul.

O ativo intangível da Companhia era de R\$7.931,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$7.985,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa uma redução de 0,68%. Como percentual

do ativo total, o ativo intangível representava 16,5% e 20,2% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Com arrendamento dos curtumes de Promissão e Bataguassú junto das plantas industriais de Capão do Leão, Mato Leitão para auferir rendimento de aluguel, em 31 de dezembro de 2021, o valor de Propriedade para Investimento era de R\$ 104.923 milhões contabilizado a valor justo, sendo R\$ 8.646 milhões referente a terrenos e R\$ 96.277 milhões referente a edificações e instalações.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 23,0%, passando para R\$17.047,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$13.864,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 40,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2021 comparado a 38,5% em 31 de dezembro de 2020.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2021, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$3.826,7 milhões, o que representa um aumento de 38,2% em relação ao montante de R\$2.768,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores totalizavam 9,0% em 31 de dezembro de 2021 comparado a 7,7% em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento de 38,2% na linha de fornecedores está atrelado ao fluxo operacional de pagamentos gerenciado pela Companhia.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$6.842,3 milhões, o que representa um acréscimo de 4,2% em relação ao montante de R\$6.566,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 16,1% em 31 de dezembro de 2021 e 18,2% em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$25.383,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representava um acréscimo de 14,7% em relação ao montante de R\$22.129,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 59,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2021 comparado a 61,5% em 31 de dezembro de 2020.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos totalizavam R\$23.483,5 milhões, que representou um acréscimo de 16,0% em relação ao montante de R\$20.244,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 55,3% em 31 de dezembro de 2021 comparado a 56,2% em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores atribuem esse aumento ao ajuste de conversão de balanço. Essa variação ocorreu, principalmente pela desvalorização do real em relação ao dólar.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um acréscimo em 58,6%, passando para R\$5.571,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 ante R\$3.514,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento ocorreu devido ao lucro do exercício gerado pela ótima gestão operacional.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019:

ATIVO	31-dez-20	AV	31-dez-19	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.041.924	5,17%	1.774.902	5,62%	15,04%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	9.715.525	24,59%	6.635.211	21,02%	46,42%
Valores a receber - Clientes nacionais	2.026.341	5,13%	1.442.725	4,57%	40,45%
Valores a receber - Clientes internacionais	486.691	1,23%	577.791	1,83%	-15,77%
Estoques de produtos e mercadorias	2.851.160	7,22%	2.383.486	7,55%	19,62%
Ativos biológicos	36.922	0,09%	29.139	0,09%	26,71%
Tributos a recuperar	704.783	1,78%	1.176.530	3,73%	-40,10%
Despesas do exercício seguinte	93.107	0,24%	61.823	0,20%	50,60%
Títulos a receber	27.400	0,07%	82.318	0,26%	-66,71%
Adiantamentos a fornecedores	154.978	0,39%	110.044	0,35%	40,83%
Outros valores a receber	281.071	0,71%	146.135	0,46%	92,34%
Total do Ativo Circulante	18.419.902	46,62%	14.420.104	45,67%	27,74%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	48.943	0,12%	62.055	0,20%	-21,13%
Títulos a receber	2.150	0,01%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.542.293	3,90%	1.413.253	4,48%	9,13%
Tributos a recuperar	3.000.291	7,59%	2.321.233	7,35%	29,25%
Outros valores a receber	234.790	0,59%	134.537	0,43%	74,52%
Investimentos	60.023	0,15%	45.694	0,14%	31,36%
Propriedades para Investimento	150.657	0,38%	-	-	-
Imobilizado	7.524.964	19,5%	5.979.115	18,94%	25,85%
Direito de uso	537.955	1,36%	461.940	1,46%	16,46%
Intangível	7.985.473	20,21%	6.734.090	21,33%	18,58%
Total do Ativo não Circulante	21.087.539	53,38%	17.151.917	54,33%	22,95%
TOTAL DO ATIVO	39.507.441	100,00%	31.572.021	100,00%	25,13%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-20	AV	31-dez-19	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	2.768.069	7,69%	2.847.203	9,56%	2,78%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.545.664	4,29%	757.699	2,54%	103,99%
Impostos, taxas e contribuições	509.299	1,41%	407.817	1,37%	24,88%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.566.089	18,24%	4.594.444	15,42%	42,91%
Títulos a pagar	125.899	0,35%	108.483	0,36%	16,05%
Arrendamentos a pagar	161.432	0,45%	131.093	0,44%	23,14%
Dividendos a Pagar	70.542	0,20%	-	-	29,26%
Antecipações de clientes	1.710.034	4,75%	1.322.910	4,44%	0,00%
Outras obrigações	407.360	1,13%	445.399	1,49%	-8,56%
Total do Passivo Circulante	13.864.388	38,52%	10.615.048	35,63%	30,61%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.244.058	56,24%	17.121.836	57,46%	18,24%
Impostos, taxas e contribuições	372.302	1,03%	768.129	2,58%	-51,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.831	0,27%	136.275	0,46%	-27,48%
Provisão para contingências	428.939	1,19%	361.884	1,21%	18,53%
Arrendamentos a pagar	527.998	1,47%	392.740	1,32%	34,44%
Títulos a Pagar	246.356	0,68%	233.094	0,78%	5,69%
Outras obrigações	210.506	0,58%	166.674	0,56%	26,30%
Total do Passivo não Circulante	22.128.990	61,48%	19.180.632	64,37%	15,37%
TOTAL DO PASSIVO	35.993.378	91,11%	29.795.680	94,37%	20,80%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	8.204.391	20,77%	8.204.391	25,99%	0,00%
Reservas de capital e ações em tesouraria	(1.684.338)	-4,26%	(1.271.370)	-4,03%	32,48%
Reserva legal	59.327	0,15%	44.476	0,14%	33,39%
Reservas de lucros	148.431	0,38%	7.348	0,02%	1920,02%
Dividendos	70.542	0,18%	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(4.703.644)	-11,91%	(3.271.650)	-10,36%	43,77%
Prejuízos Acumulados	-	0,00%	(3.094.630)	-9,80%	-100,00%
Patrimônio líquido de controladores	2.094.709	5,30%	618.565	1,96%	238,64%
Participação de não controladores	1.419.354	3,59%	1.157.776	3,67%	22,59%
Total do Patrimônio Líquido	3.514.063	8,89%	1.776.341	5,63%	97,83%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.507.441	100,00%	31.572.021	100,00%	25,13%

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$18.419,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$14.420,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de 27,7%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 46,6% e 45,7% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$11.757,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 39,8% em relação ao montante de R\$8.410,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 29,8% em 31 de dezembro de 2020 comparado a 26,6% em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento das disponibilidades se destaca devido melhora na eficiência operacional.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$2.513,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 24,4% em relação ao montante de R\$2.020,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 6,4% em 31 de dezembro de 2020 comparado a 6,4% em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que esse acréscimo de 24,4% na linha Valores a Receber de Clientes foi impulsionado por uma melhor performance nas operações comerciais, em conjunto, com a variação cambial dos clientes atrelados à outras moedas diferentes de reais.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$2.888,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$2.412,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um acréscimo de 19,7%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 7,3% e 7,6% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O acréscimo desta rubrica está atrelado a variação cambial de outras moedas diferentes do Real.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$21.087,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representa um acréscimo de 22,9% em relação ao montante de R\$17.151,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 53,4% em 31 de dezembro de 2020 comparado a 54,3% em 31 de dezembro de 2019.

Imobilizado e Direito de uso totalizavam R\$8.062,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$6.441,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um acréscimo de 25,2%. Como percentual do ativo total, o imobilizado representava 20,4% e 20,4% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo na linha de Imobilizado e Direito de uso é explicado principalmente pelo aumento de manutenção de R\$1.144,0 milhões e crescimento de R\$232,0 milhões das fábricas da Companhia.

O ativo intangível da Companhia era de R\$7.985,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$6.734,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa um acréscimo de 18,6%. Como percentual do ativo total, o ativo intangível representava 20,2% e 21,3% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo na linha do Intangível foi impulsionado devido a variação cambial das empresas que estão no exterior com moeda funcional diferente do Real.

A partir do 4º trimestre de 2020, os Diretores da Companhia decidiram como estratégia, arrendar os curtiúmes de Promissão e Bataguassú, junto das plantas industriais de Capão do Leão, Mato Leitão e Pirenópolis para auferir rendimento de aluguel. Em 31 de dezembro de 2020, foi calculado como Propriedade para Investimento o valor de R\$ 150.657 milhões contabilizado a valor justo, sendo R\$ 11.491 milhões referente a terrenos e R\$ 139.166 milhões referente a edificações e instalações.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 30,6%, passando para R\$13.864,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$10.615,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 35,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2020 comparado a 33,6% em 31 de dezembro de 2019.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2020, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$2.768,1 milhões, o que representa um decréscimo de 2,8% em relação ao montante de R\$2.847,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores totalizavam 7,7% em 31 de dezembro de 2020 comparado a 9,6% em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que esse decréscimo de 2,8% na linha de fornecedores está atrelado ao fluxo operacional de pagamentos gerenciado pela Companhia.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020 o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$6.566,1 milhões, o que representa um acréscimo de 42,9% em relação ao montante de R\$4.594,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 18,2% em 31 de dezembro de 2020 e 15,4% em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores atribuem esse aumento ao ajuste de conversão de balanço. Essa variação ocorreu, principalmente pela desvalorização do real em relação ao dólar.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$22.129,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representava um acréscimo de 15,4% em relação ao montante de R\$19.180,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 61,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2020 comparado a 64,4% em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos totalizavam R\$20.244,1 milhões, que representou um acréscimo de 18,2% em relação ao montante de R\$17.121,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 56,2% em 31 de dezembro de 2020 comparado a 57,5% em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores atribuem esse aumento ao ajuste de conversão de balanço. Essa variação ocorreu, principalmente pela desvalorização do real em relação ao dólar.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um acréscimo em 97,8%, passando para R\$3.514,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$1.776,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores atribuem o aumento devido ao lucro do exercício do período recorde em 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2021	2020	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	9.033,9	7.691,2	17,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.665,5)	(4.481,7)	-4,1%
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	(5.122,3)	(4.307,4)	18,9%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 17,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$7.691,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.033,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pela otimização operacional no ano de 2021 no qual houve um lucro do período muito bom, devido a ótima gestão operacional.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um decréscimo de 4,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$4.481,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$4.665,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$4.307,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.122,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente devido a maiores dividendos pagos aos acionistas e aquisição de ações em tesouraria durante o ano de 2021.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2020	2019	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	7.691,2	2.600,1	195,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.481,7)	(3.293,8)	36,1%
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	(4.307,4)	(5,6)	76.504,7%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 195,81% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$2.600,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.691,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, pela otimização operacional no ano de 2020 no qual houve um lucro do período recorde.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de 36,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$3.293,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.481,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, pela aquisição da Campo del Tesoro junto de uma pequena parte referente capex.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 76.504,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.307,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente devido a liquidação de debêntures e bonds juntamente de seus juros incorridos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M21	AV	12M20	AV	AH	Var(R\$)
Receita líquida de vendas	85.388,5	100,0%	67.481,5	100,0%	26,5%	17.906,9
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(68.187,9)	-79,9%	(55.760,0)	-82,6%	22,3%	(12.427,9)
Lucro Bruto	17.200,6	20,1%	11.721,6	17,4%	46,7%	5.479,0
Receitas (despesas) operacionais	(4.589,5)	-5,4%	(3.867,7)	-5,7%	18,7%	(721,7)
Comerciais	(3.121,8)	-3,7%	(2.559,3)	-3,8%	22,0%	(562,5)
Administrativas e gerais	(1.098,0)	-1,3%	(960,0)	-1,4%	14,4%	(137,9)
Resultado com equivalência patrimonial	(20,5)	0,0%	(0,7)	0,0%	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(349,3)	-0,4%	(347,7)	-0,5%	0,4%	(1,5)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	12.611,1	14,8%	7.853,9	11,6%	60,6%	4.757,3
Resultado financeiro	(3.708,7)	-4,3%	(2.725,6)	-4,0%	36,1%	(983,1)
Receitas financeiras	3.906,9	4,6%	3.092,0	4,6%	26,4%	814,9
Despesas financeiras	(7.615,6)	-8,9%	(5.817,5)	-8,6%	30,9%	(1.798,0)
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	8.902,4	10,4%	5.128,3	7,6%	73,6%	3.774,1
Imposto de renda e contribuição social	(2.256,1)	-2,6%	(597,4)	-0,9%	277,6%	(1.658,6)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.563,5)	-1,8%	(683,6)	-1,0%	128,7%	(879,9)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(692,5)	-0,8%	86,2	0,1%	-903,7%	(778,7)
Resultado líquido no exercício das operações	6.646,4	7,8%	4.530,9	6,7%	46,7%	2.115,5
Resultado líquido no exercício antes das participações	6.646,4	7,8%	4.530,9	6,7%	46,7%	2.115,5
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista controlador	4.342,0	5,1%	3.301,8	4,9%	31,5%	1.040,2
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista não-controlador	2.304,4	2,7%	1.229,1	1,8%	87,5%	1.075,3
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – ordinária Total	6,4		4,7		36,1%	1,7

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 26,5%, de R\$67.481,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$85.388,5 milhões no mesmo período em 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os principais fatores foram (i) a contínua excelente performance da Operação América do Norte, principalmente no mercado doméstico; (ii) maiores preços e volumes de exportação da Operação América do Sul; (iii) desvalorização do real em relação ao dólar e; (iv) continuidade na implantação do programa de melhoria & eficiência operacional iniciado em 2019 nas operações da Operação América do Sul.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2021	2020
América do Norte		
Mercado interno	55.571,7	43.435,2
Exportação	7.273,3	5.473,3
Total América do Norte	62.845,0	48.908,5
América do Sul		
Mercado interno	9.386,7	6.985,2
Exportação	13.156,7	11.587,8
Total América do Sul	22.543,5	18.573,0
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	64.958,4	50.420,4
Exportação	20.430,1	17.061,1
Total Marfrig Consolidado	85.388,5	67.481,5

Apresentamos abaixo informações sobre as mudanças na receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

América do Norte

A receita líquida de vendas na América do Norte aumentou para R\$62.845,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2020 que foi de R\$48.908,5 milhões. A receita líquida recorde é explicada pelo maior volume de vendas e principalmente pelo aumento nos preços médios praticados no mercado doméstico (+17,2% vs 2020) e no mercado externo (+34,6% vs 2020), evidenciando a forte demanda por proteína bovina, principalmente nos países economicamente desenvolvidos.

- **Mercado interno.** A receita líquida de vendas do mercado interno na América do Norte aumentou para R\$55.571,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A expansão é justificada aumento no preço médio no mercado doméstico, ocasionado pela maior demanda por produtos porcionados e cortes mais nobres, que antes eram destinados as redes de foodservice e foram destinados a supermercados e distribuidores; e efeitos da desvalorização do real na tradução dos resultados em dólar.
- **Mercado de exportação.** A receita líquida de vendas de exportação nas operações da América do Norte aumentou para R\$7.273,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é explicado pelo maior preço médio praticado e efeitos da desvalorização do real na tradução dos resultados em dólar.

América do Sul

A receita líquida de vendas na América do Sul aumentou 82,4%, de R\$18.573,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$22.543,5 milhões no mesmo período em 2021. O aumento é explicado (i) pelo aumento de 28,6% no preço médio total de vendas; (ii) aumento de 21,9% no preço médio de exportações medido em dólares; e (iii) desvalorização cambial de 4,6% no período.

- **Mercado interno.** A receita líquida de vendas do mercado interno no setor da América do Sul aumentou 34,4%, de R\$6.985,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.386,7 no mesmo período em 2021. O aumento da receita no mercado doméstico é justificado preço médio de venda de 38,3% superior ao preço médio de 2020, que compensou a queda de 2,2% no volume.
- **Mercado de exportação.** A receita líquida de vendas de exportação na operação América do Sul aumentou 13,5%, de R\$11.587,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$13.156,7 milhões no mesmo período em 2021. o aumento é justificado pelo aumento no preço médio, que no período foi 27,6% maior e desvalorização cambial no período.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 22,3%, de R\$55.760,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$68.187,9 milhões no mesmo período em 2021. O aumento é explicado, principalmente, pelo maior custo do gado na América do Sul, conforme explicado anteriormente e pela desvalorização do real frente ao dólar nas traduções de custos em moeda estrangeira.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021	%	2020	%
Mão de obra direta e indireta	7.056,4	10,4%	5.828,5	10,5%
Matérias-primas	54.562,6	80,0%	44.623,5	80,0%
Custos de produção	6.568,8	9,6%	5.308,0	9,5%
Total	68.187,9	100,0%	55.760,0	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 80,0% do custo total dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a 80,0% no mesmo período em 2020. O custo do gado, que compreende o maior gasto no componente de matérias-primas, representou 99,8% do custo de matérias-primas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a 98,4% no mesmo período em 2020.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$17.200,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 46,7% em relação ao mesmo período em 2020, e a margem bruta atingiu 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na Operação América do Norte destacamos: O “cutout ratio” (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 2,27 em 2021 contra 2,15 em 2020, e a melhora pode ser explicada pelo aumento no preço médio de venda, o USDA Comprehensive, que atingiu US\$ 274,22/cwt contra US\$ 230,30/cwt em 2020 o que mais do que compensou o aumento no do preço médio utilizado como referência na compra de gado – USDA KS Steer – que em 2021 foi de US\$ 121,44/cwt contra US\$ 108,65/cwt em 2020.

Essa combinação elevou a margem bruta no ano de 2021 para 24,4%, recorde histórico da operação da América do Norte e mais de 6 pontos percentuais acima de 2020.

Na Operação América do Sul, a queda no Lucro Bruto é explicada: (i) aumento no custo de matérias primas, conforme demonstrado anteriormente; (ii) menor volume de vendas totais - principalmente nas exportações - mais rentáveis em cenário de câmbio depreciado e deterioração econômica no mercado doméstico, e parcialmente compensadas: (iii) pelo aumento da participação de produtos processados em nossa receita que alcançou 20% ao final do ano; (iv) melhora estrutural da operação e redução de custos, despesas e diluição de custo fixo, fruto do programa de melhoria & eficiência operacional iniciado em 2019 e (v) depreciação do real frente ao dólar.

Vendas, despesas gerais e administrativas

As despesas de SG&A totalizaram R\$4.219,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 19,9% em relação aos R\$3.519,3 milhões registrados no mesmo período em 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas SG&A corresponderam a 4,9% do total da receita líquida de vendas em comparação com 5,2% no mesmo período em 2020.

Em 2021, as despesas com vendas foram de R\$ 3.121,8 milhões. As despesas com vendas em função da receita líquida foram de 3,7% uma diminuição de 0,1 pontos base em relação a 2020, a melhora é explicada pelo menor volume exportado das unidades do Brasil contribuindo para uma menor despesa com fretes e outros custos logísticos.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 1.098,0 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,3% uma redução de 0,1 pontos base em relação a 2020.

Ebitda Ajustado

Em 2021, a Companhia alcançou seu maior resultado histórico, com EBITDA ajustado de R\$ 14.544,1 milhões, um aumento de 51,6% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustado foi de 17,0%, uma expansão de 298 pbs em relação a margem de 14,2% de 2019. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) o resultado recorde na Operação América do Norte, como explicado anteriormente; (ii) melhoras de eficiência e produtividade e de redução de custos na Operação América do Sul; e por fim (iii) desvalorização cambial do período.

Outras Receitas Operacionais (Despesas)

Outras receitas operacionais (despesas) líquidas, aumentaram R\$1,5 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$347,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa líquida R\$349,3 milhões no mesmo período em 2021. Não houve variação significativa.

Receitas Financeiras (Despesas)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$3.708,7 milhões, um aumento de 36,1% comparado a R\$ 2.725,6 em 2020. As despesas financeiras totalizaram R\$7.615,6 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$3.906,9 milhões em 2021.

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2021	2020	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	158,1	30,5	419,1%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/instituições financeiras	(1.743,9)	(1.815,9)	-4,0%
Correções monetárias, Desp. Bancárias, amortiz. custo sobre dívida e outros	46,1	30,6	50,5%
Perda títulos mobiliários	(1.059,4)	-	-
Variação cambial ativa e passiva	(1.109,7)	(970,7)	14,3%
Total	(3.708,7)	(2.725,6)	36,1%
Receitas financeiras	3.906,9	3.092,0	26,4%
Despesas financeiras	(7.615,6)	(5.817,5)	30,9%
Total	(3.708,7)	(2.725,6)	36,1%

A Companhia não realiza transações alavancadas envolvendo derivativos ou instrumentos similares.

As transações com derivativos são projetadas para fornecer proteção mínima contra sua exposição a outras moedas, e a Companhia mantém uma política conservadora de não tomar posições que possam comprometer sua posição financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou débitos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$2.256,1 milhões, devido ao imposto gerado sobre o lucro do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou débitos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$597,4 milhões, devido ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Ganho (Prejuízo) líquido das operações

O ganho líquido das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$6.646,4 milhões, comparado ao um ganho líquido atribuível às operações de R\$4.530,9 milhões no mesmo período em 2020.

A margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi positiva em 7,8%, comparada com 6,7% positivos no mesmo período em 2020.

Análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M20	AV	12M19	AV	AH	Var(R\$)
Receita líquida de vendas	67.481,5	100,0%	48.761,1	100,0%	38,4%	18.720,5
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(55.760,0)	-82,6%	(42.377,1)	-86,9%	31,6%	(13.382,8)
Lucro Bruto	11.721,6	17,4%	6.383,9	13,1%	83,6%	5.337,6
Receitas (despesas) operacionais	(3.867,7)	-5,7%	(2.971,6)	-6,1%	30,2%	(896,1)
Comerciais	(2.559,3)	-3,8%	(2.054,2)	-4,2%	24,6%	(505,1)
Administrativas e gerais	(960,0)	-1,4%	(756,6)	-1,6%	26,9%	(203,4)
Resultado com equivalência patrimonial	(0,7)	0,0%	-	0,0%	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(347,7)	-0,5%	(160,8)	-0,3%	116,3%	(187,0)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	7.853,9	11,6%	3.412,4	7,0%	130,2%	4.441,5
Resultado financeiro	(2.725,6)	-4,0%	(2.059,7)	-4,2%	32,3%	(665,8)
Receitas financeiras	3.092,0	4,6%	2.113,2	4,3%	46,3%	978,8
Despesas financeiras	(5.817,5)	-8,6%	(4.172,9)	-8,6%	39,4%	(1.644,7)
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	5.128,3	7,6%	1.352,6	2,8%	279,1%	3.775,7
Imposto de renda e contribuição social	(597,4)	-0,9%	229,6	0,5%	-360,2%	(827,1)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(683,6)	-1,0%	193,8	0,4%	-452,7%	(877,4)
Imposto de renda e contribuição social diferido	86,2	0,1%	35,8	0,1%	140,7%	50,4
Resultado líquido no exercício das operações	4.530,9	6,7%	1.582,2	3,2%	186,4%	2.948,6
Resultado líquido no exercício antes das participações	4.530,9	6,7%	1.582,2	3,2%	186,4%	2.948,6
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista controlador	3.301,8	4,9%	218,1	0,4%	1414,0%	3.083,7
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista não-controlador	1.229,1	1,8%	1.364,2	2,8%	-9,9%	(135,1)
Lucro básico e diluído por ação – ordinária Total	4,7		0,4		1245,2%	4,4

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 38,4%, de R\$48.761,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$67.481,5 milhões no mesmo período em 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os principais fatores foram (i) a contínua excelente performance da Operação América do Norte, principalmente no mercado doméstico; (ii) maiores preços e volumes de exportação da Operação América do Sul; (iii) desvalorização do real em relação ao dólar de 31% e; (iv) continuidade na implantação do programa de melhoria & eficiência operacional iniciado em 2019 nas operações da Operação América do Sul.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2020	2019
América do Norte		
Mercado interno	43.435,2	29.565,3
Exportação	5.473,3	4.385,6
Total América do Norte	48.908,5	33.951,9
América do Sul		
Mercado interno	6.985,2	6.922,3
Exportação	11.587,8	7.887,8
Total América do Sul	18.573,0	14.810,1
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	50.420,4	36.487,6
Exportação	17.061,1	12.273,4
Total Marfrig Consolidado	67.481,5	48.761,0

Apresentamos abaixo informações sobre as mudanças na receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

América do Norte

A receita líquida de vendas na América do Norte aumentou para R\$48.908,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2019 que foi de R\$33.951,9 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 3,6% no preço médio no mercado doméstico e maior volume de vendas totais, reflexo da alta demanda por proteína bovina em todo o globo.

- **Mercado interno.** A receita líquida de vendas do mercado interno na América do Norte aumentou para R\$43.435,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A expansão é justificada: (i) participação de Iowa Premium durante todo período de 2020 (contra 6 meses em 2019); (ii) aumento no preço médio no mercado doméstico, ocasionado pela maior demanda por produtos porcionados e cortes mais nobres, que antes eram destinados as redes de foodservice e foram destinados a supermercados e distribuidores; e (iii) efeitos da desvalorização do real na tradução dos resultados em dólar.
- **Mercado de exportação.** A receita líquida de vendas de exportação nas operações da América do Norte aumentou para R\$5.473,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado pelo maior volume de vendas, principalmente para Ásia, reflexo da alta demanda por proteína bovina e efeitos da desvalorização do real na tradução dos resultados em dólar.

América do Sul

A receita líquida de vendas na América do Sul aumentou 25,4%, de R\$14.810,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$18.573,0 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é explicado (i) pelo crescimento de 0,4% no volume e 24,8% no preço médio das exportações; (ii) desvalorização cambial de 30,7% no período; e (iii) preço médio de venda no mercado doméstico 11% superior ao preço médio de 2019, que compensou a queda de 9,1% no volume.

- **Mercado interno.** A receita líquida de vendas do mercado interno no setor da América do Sul aumentou 0,9%, de R\$6.922,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$6.985,2 no mesmo período em 2020. O aumento da receita no mercado doméstico é justificado preço médio de venda de 11% superior ao preço médio de 2019, que compensou a queda de 9,1% no volume.
- **Mercado de exportação.** A receita líquida de vendas de exportação na operação América do Sul aumentou 46,9%, de R\$7.887,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$11.587,8 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é decorrente do maior número de habilitações para a China e uma estratégia comercial que resultou no melhor mix de países de destinos.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 31,6%, de R\$42.377,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$55.760,0 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é explicado, principalmente, pelo maior custo do gado na América do Sul e pela desvalorização do real frente ao dólar nas traduções de custos em moeda estrangeira.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	%	2019	%
Mão de obra direta e indireta	5.828,5	10,5%	3.700,9	8,7%
Matérias-primas	44.623,5	80,0%	34.193,0	80,7%
Custos de produção	5.308,0	9,5%	4.483,2	10,6%
Total	55.760,0	100,0%	42.377,1	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 80,0% do custo total dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a 80,7% no mesmo período em 2019. O custo do gado, que compreende o maior gasto no componente de matérias-primas, representou 98,4% do custo de matérias-primas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a 97,6% no mesmo período em 2019.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$11.721,6 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 83,6% em relação ao mesmo período em 2019, e a margem bruta atingiu 17,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Na Operação América do Norte destacamos: o “cutout ratio” (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 2,15 em 2020 contra 1,90 em 2019, e a melhora pode ser explicada pelo aumento no preço médio de venda, o USDA Comprehensive, que atingiu US\$ 233,30/cwt contra US\$ 219,13/cwt em 2019, e pela redução do preço médio utilizado como referência na compra de gado – USDA KS Steer – que em 2020 foi de US\$ 108,65/cwt contra US\$ 115,94/cwt em 2019.

Na Operação América do Sul, o resultado recorde é explicado: (i) pela excelente performance das exportações, decorrente do maior número de habilitações para a China e uma estratégia comercial que resultou no melhor mix de países de destinos; (ii) melhor mix e precificação no mercado doméstico brasileiro; (iii) aumento no volume de produtos processados e produtos com marca; e (iv) melhora estrutural da operação e redução de custos, despesas e diluição de custo fixo, fruto do programa de melhoria & eficiência operacional iniciado em 2019.

Vendas, despesas gerais e administrativas

As despesas de SG&A totalizaram R\$3.519,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 25,2% em relação aos R\$2.810,8 milhões registrados no mesmo período em 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas SG&A corresponderam a 5,2% do total da receita líquida de vendas em comparação com 5,8% no mesmo período em 2019.

As despesas comerciais aumentaram 24,6%, de R\$2.054,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.559,3 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é explicado pelo maior volume de vendas totais, principalmente no mercado doméstico americano, pelo incremento substancial nas exportações na Operação América do Sul e pela depreciação do real na tradução das despesas em moeda.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 26,9%, de R\$756,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$960,0 milhões no mesmo período em 2019. O aumento é explicado pela depreciação do real na tradução das despesas em moeda estrangeira e parcialmente compensado pela simplificação da estrutura corporativa realizada no começo de 2020.

Ebitda Ajustado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA ajustado consolidado atingiu R\$9.595,9 milhões, um aumento de 99,4% na comparação com o mesmo período e 2019. Já a margem EBITDA ajustada foi de 14,2%, uma expansão de 4,4 pbs em relação a margem de 9,9% no mesmo período em 2019. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) os resultados recordes nas duas operações, como explicado anteriormente; (ii) melhoras de eficiência e produtividade e de redução de custos; e por fim (iii) desvalorização cambial do período.

Outras Receitas Operacionais (Despesas)

Outras receitas operacionais (despesas) líquidas, aumentaram R\$187,0 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$160,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa líquida R\$347,7 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é explicado pelos gastos adicionais relacionados as medidas de combate ao Covid-19 e despesas com plantas hibernadas e/ou fechadas, ambos na América do Sul.

Receitas Financeiras (Despesas)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$2.725,6 milhões, um aumento de 32,3% comparado a R\$ 2.059,7 em 2019. As despesas financeiras totalizaram R\$5.817,5 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$3.092,0 milhões em 2020.

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2020	2019	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	30,5	186,7	-83,7%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/instituições financeiras	(1.815,9)	(1.686,3)	7,7%
Correções monetárias, Desp. Bancárias, amortiz. custo sobre dívida e outros	30,6	(162,1)	-118,9%
Variação cambial ativa e passiva	(970,7)	(398,0)	143,9%
Total	(2.725,6)	(2.059,7)	32,3%
Receitas financeiras	3.092,0	2.113,2	46,3%
Despesas financeiras	(5.817,5)	(4.172,9)	39,4%
Total	(2.725,6)	(2.059,7)	32,3%

A Companhia não realiza transações alavancadas envolvendo derivativos ou instrumentos similares. As transações com derivativos são projetadas para fornecer proteção mínima contra sua exposição a outras moedas, e a Companhia mantém uma política conservadora de não tomar posições que possam comprometer sua posição financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou débitos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$597,4 milhões, devido ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$229,6 milhões, devido ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Ganho (Prejuízo) líquido das operações

O ganho líquido das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.530,9 milhões, comparado ao um ganho líquido atribuível às operações de R\$1.582,2 milhões no mesmo período em 2019.

A margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi positiva em 6,7%, comparada com 3,2% positivos no mesmo período em 2019. O expressivo aumento é justificado pela performance recorde, menores despesas financeiras e gastos com juros.

Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Marfrig possui 31 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As receitas da Companhia, portanto, são provenientes tanto dos mercados internos onde possui operações quanto das exportações para diversos países que a Companhia acessa através de sua rede de distribuição.

Os principais fatores que afetaram a receita da Companhia foram os seguintes:

- (a) Operação da América do Norte que gerou um grande volume de faturamento através da subsidiária National Beef que foi adquirida em junho de 2018.
- (b) variação cambial, inflação e oscilações das taxas de juros;
- (c) variações nos preços médios de vendas nos mercados nacional e internacional, decorrentes, em grande parte, de alterações na relação oferta x demanda e do aproveitamento das oportunidades em cada mercado que a Companhia atua;
- (d) variação nos preços dos principais insumos;
- (e) eficiência do processo de produção e taxa de utilização da capacidade fabril; e
- (f) desempenho da economia mundial e dos países nos quais a Companhia possui produção.

Abaixo comentamos um pouco mais sobre os pontos acima listados.

Oferta e demanda dos nossos produtos

Do lado da oferta, podemos citar a disponibilidade e preços do gado. A baixa ou alta disponibilidade de matéria-prima pode elevar ou reduzir os custos de aquisição impactando diretamente as margens a depender da resposta da demanda e o repasse de preços para os produtos finais.

Do lado da demanda, podemos citar, por exemplo, uma crise econômica mundial, causando uma retração nos níveis de emprego e, conseqüentemente, o impacto na renda disponível e no consumo das famílias, esses fatores podem afetar significativamente as operações da Companhia. Por outro lado, a abertura de novos mercados aos produtos comercializados pela Companhia poderia influenciar positivamente seu resultado.

Os Diretores informam que surtos de doenças em animais podem resultar em barreiras comerciais e sanitárias por parte de outros países e, dessa forma, impactar o acesso aos mercados internacionais e, conseqüentemente, as vendas da Companhia.

Crescimento do PIB global e dos países onde temos operações e demanda por nossos produtos

Os Diretores entendem que o crescimento no consumo de alimentos e proteínas animais está diretamente ligado ao crescimento populacional e a renda da população. O desempenho do PIB nos países onde a Companhia vende seus produtos pode afetar os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações de preços de matéria-prima

Os Diretores informam que o principal componente dos custos de produção da Companhia é a compra de matérias-primas, o que inclui a compra de gado. As oscilações dos preços do gado nos mercados interno e externo afetam significativamente a receita operacional líquida e os custos das mercadorias vendidas. A Companhia não tem controle sobre esses preços, os quais variam de acordo com a dinâmica da oferta e demanda.

Preços de venda nos mercados internos e externo

De acordo com os Diretores, o preço dos produtos da Companhia nos mercados interno e externo são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais a Companhia não tem controle. Os preços no mercado interno também são afetados pelos preços que a Companhia consegue cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem seus produtos.

Reflexos da volatilidade cambial e da política monetária

Conforme opinião dos Diretores, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela volatilidade das moedas com as quais a Companhia opera. Boa parte das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real. Além disso, parte das dívidas é denominada em dólar norte americano, o que exige que a Companhia faça pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Os Diretores informam que as exportações brasileiras e as relevantes operações internacionais, que possibilitam à Companhia gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a ter aproximadamente a participação do endividamento em moedas estrangeiras, o que propicia o que chamamos de "*hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* natural" em relação à parte significativa das obrigações da dívida em dólar norte americano.

Na opinião dos Diretores, a inflação e as medidas adotadas pelos governos dos países onde atuamos para combatê-la podem ter efeitos consideráveis sobre a economia desses países e, conseqüentemente, sobre os negócios da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção dos governos sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para os seus clientes. Ademais, no caso da Companhia enfrentar altas taxas de inflação nos países onde opera, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso em seus resultados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

Efeitos de aquisições e alienações

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada, concluiu o processo de aquisição da DEW – Drink Eat Well, LLC (“Hilary’s”), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América, aumentando o portfólio de produtos e a capacidade para aprimorar as operações da PlantPlus Foods.

A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

Exercício social de 2020

Em 26 de Maio de 2020, a companhia celebrou um acordo com a Archer-Daniels-Midland Company (“ADM”) para criação da PlantPlus Foods, joint venture que combinará a capacidade de inovação, excelência operacional e escala global das duas companhias para produção e comercialização de produtos de base vegetal por meio dos canais de varejo e food service, no mercado da América do Sul e América do Norte.

Em 24 de Setembro de 2020, foi constituída a Las Animas sob as leis da república do Paraguay, com escritório na cidade de Asuncion, Paraguay, no qual a Marfrig detem 100% de participação. A companhia comunicou um acordo de Intenções não vinculante com a Associação Paraguaia de produtores e Exportadores de Carne – APPEC para, em conjunto, constituírem uma nova sociedade na república do Paraguai com o objetivo de explorar potenciais investimentos no país.

Em 05 de Outubro de 2020, a companhia adquiriu 100% do capital votante total da Campo del Tesoro, por US\$ 4,6 milhões (R\$ 25.966). A Campo del Tesoro é líder na produção de hambúrgueres de carne bovina para o food service na Argentina. A empresa opera uma planta localizada em Pilar, Província de Buenos Aires, com capacidade de processamento de cerca de 15 mil toneladas/ano de hambúrgueres atendendo majoritariamente um dos maiores players em food service do mundo.

Exercício social de 2019

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 91,89% do capital votante total da QuickFood S.A. por US\$ 54,9 milhões. A Quickfood é detentora da marca mais reconhecida de hambúrgueres da Argentina e também conta com uma planta de abate com capacidade de processamento de 620 cabeças/dia.

Em 24 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Várzea Grande no Estado de Mato Grosso por R\$100 milhões, os ativos foram comprados da BRF. No mesmo momento foi firmado uma parceria para fornecimento de produtos processados como hambúrgueres, almondegas e quibes para própria BRF. A parceria permitirá que a Companhia possa expandir ainda mais suas relações de fornecimento para empresas globais de serviços de alimentação no Brasil.

Em 28 de fevereiro de 2019, o Emissor vendeu toda sua participação societária na Ohio Beef USA LLC para a National Beef por US\$ 60 milhões. Após o fechamento desta transação, a Ohio Beef USA LLC alterou sua denominação para National Beef Ohio, LLC.

Em 11 de março de 2019, a Companhia, por meio de sua por meio de sua subsidiária indireta NBM US Holdings, Inc (“NBM”), em conjunto com Jefferies Financial Group, Inc (por meio de sua subsidiária JIAC LLC) (“Jefferies”), U.S. Premium Beef, LLC (“USPB”), TMK Holdings, LLC (“TMK”) e NBPCo Holdings, LLC (“NBPCo”), aproveitando o bom momento da indústria norte americana, resolveram aumentar suas operações e exposição nos Estados Unidos, através da aquisição, em conjunto, da Iowa Premium, LLC (“Iowa Premium”) e posterior integralização de capital na National Beef Packing Company, LLC (“National Beef”). A Conclusão da transação aconteceu em junho de 2019.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia por intermédio de sua subsidiária integral, a NBM US Holdings, Inc (“NBM”), concluiu a aquisição de 30,73% do capital social da National Beef Packing Company, LLC (“National Beef”), anteriormente detidas pela Jefferies Financial Group Inc. Com isso, a participação total detida na subsidiária norte americana passa a ser de 81,73%.

Crescimento do PIB e demanda por produtos

As vendas nos mercados domésticos em cada país em que a Companhia opera representou 76,1% de suas vendas líquidas totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas nos mercados domésticos representaram 74,7% de vendas líquidas totais. Dessa forma, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas em seus principais mercados domésticos. A situação financeira da Companhia e de vendas foi e continuará sendo afetada pelo crescimento do PIB e pela demanda por produtos da Companhia em seus principais mercados domésticos.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias-primas (bovinos)

As flutuações nos preços de gado nos mercados doméstico e internacional em que a Companhia opera afeta significativamente suas vendas líquidas e o custo dos produtos vendidos.

Efeitos nas vendas líquidas

Os preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia geralmente são determinados por condições de mercado fora de seu controle. Esses preços também são afetados pela marcação adicional que os varejistas cobram dos consumidores finais, alguns dos quais a Companhia negocia caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de seus produtos estão preços de gado, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e aduaneiras impostas no Brasil, Estados Unidos e no exterior.

Efeitos no custo dos produtos vendidos

O gado é a principal matéria-prima da Companhia. As compras de matérias-primas representaram 80,0% do seu custo total de mercadorias vendidas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Entre outros custos de material estão mão de obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, materiais de embalagem e energia elétrica.

A Companhia não controla os preços do gado, o custo do gado varia de acordo com os preços do mercado interno e de exportação, que variam dependendo da oferta e demanda. Geralmente a Companhia compra gado para ser entregue a cada 30 dias, em média, e o preço que pagam é baseado nos preços de mercado no momento da compra. Como resultado, flutuações no preço de mercado afetam diretamente o custo dos produtos vendidos.

Efeito dos níveis de exportação no desempenho financeiro

Nas operações da América do Sul, a Companhia geralmente obtém preços e margens mais altos nos mercados de exportação para seus produtos do que aqueles que obtém nos mercados domésticos. A diferença de preços e margens entre os mercados interno e de exportação resulta, em parte, da demanda geralmente mais alta por produtos de maior valor agregado nos mercados de exportação, principalmente no que diz respeito a cortes premiums e produtos processados, e ao maior poder de compra nos países mais desenvolvidos.

As vendas de exportação da América do Sul representaram 58,1% e 62,4% das suas vendas líquidas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Os valores líquidos de vendas externas subiram 13,0%, passando de R\$11.587,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ R\$13.092,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Efeitos das variações cambiais

Os resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação ao dólar.

Uma parte substancial da receita líquida da Companhia é atrelada ao dólar. Todos os resultados obtidos por subsidiárias no exterior e a receita de exportação é dolarizada. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas.

Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia é realizada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes denominados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes realizadas em reais.

Com 92% e 93% das vendas líquidas sendo feitas em moedas diferentes do real nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, a Companhia acredita que possui um *hedge* natural contra os vencimentos de suas obrigações futuras em moedas estrangeiras. Além disso, a Companhia mantém uma sólida política financeira, mantendo altos saldos de caixa e títulos negociáveis de curto prazo com instituições de primeira linha.

A Companhia não realiza transações alavancadas com derivativos ou instrumentos similares, exceto conforme descrito em relação à estrutura desta oferta, a Companhia usa apenas derivativos ou instrumentos similares para proteger sua exposição a dívidas realizadas em moedas estrangeiras e a Companhia possui uma política conservadora de não entrar em instrumentos ou transações de derivativos ou similares que possam comprometer sua posição financeira.

Efeito do nível de dívida

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida total da Companhia era de R\$30.325,8 milhões, sendo 20,2% (ou R\$6.113,6 milhões) em reais e 79,8% (ou R\$24.212,2 milhões) em outras moedas. A Companhia tinha R\$6.842,3 milhões em dívida de curto prazo (que inclui a parcela atual de empréstimos e financiamentos, juros sobre debêntures e debêntures a pagar) e R\$23.483,5 milhões em dívida de longo prazo (que inclui a parcela não circulante de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar) em 31 de dezembro de 2021. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras significativas, que consistem em despesa de juros, variações cambiais de dívida em moeda estrangeira e outros itens.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$3.708,7 milhões, consistindo em R\$7.615,6 milhões em despesas financeiras e R\$3.906,9 milhões em receitas financeiras.

Efeitos do COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020 a pandemia de COVID-19, levando com que as autoridades governamentais de várias jurisdições impusessem confinamentos ou outras restrições para conter o vírus, conseqüentemente diversas empresas suspenderam ou reduziram suas atividades, no

entanto, o segmento alimentício faz parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade, juntamente com os segmentos hospitalares, de higiene pessoal e de produtos de limpeza, os quais continuaram a operar.

O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim não teve suas operações impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19, inclusive no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício de 2020 a Companhia realizou diversas ações sociais, nas quais as mesmas podem ser analisadas nas Demonstrações Contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2020.

A seguir estão descritas as principais ações sociais realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 aproximadamente R\$ 73,1 milhões:

- a) Concedeu aos seus colaboradores exames e outros materiais de prevenção como álcool em gel, máscaras e roupa de trabalho que totalizaram o montante de R\$ 37,1 milhões;
- b) Contratou novos colaboradores e concedeu licenças remuneradas para o grupo de risco e para os que foram infectados com o vírus, totalizando o montante de R\$ 29,4 milhões; e
- c) Doação de carne para complementar cestas de emergência distribuídas pelo Ministério do Desenvolvimento Social no montante de R\$ 6,6 milhões.

A Companhia, visando a proteção de seus colaboradores operacionais, decidiu interromper parcialmente as atividades em algumas plantas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de forma a não ultrapassar uma semana de interrupção em cada planta. A Companhia estimou os custos relativos a essa paralização em aproximadamente R\$ 74,6 milhões.

As perspectivas da Companhia em relação à pandemia de COVID-19, diante do atual cenário e que irá manter o patamar de suas operações, e com o avanço das campanhas de vacinação as medidas restritivas impostas pelos governos devem se suavizar e, conseqüentemente, outras atividades mais afetadas irão voltar à normalidade, assim baseada em seus estudos e projeções, a Companhia não espera incorrer em impactos negativos em suas operações oriundos do COVID-19. Não obstante, a Companhia continuará acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses para capturar, se houver, potenciais impactos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis quando forem substancialmente conhecidos e mensuráveis.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado acima, os Diretores acreditam que diversos fatores exerceram influência sobre a receita da Marfrig.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os Diretores entendem que a receita consolidada da Companhia foi influenciada, pelo maior volume de vendas e principalmente pelo aumento nos preços médios, evidenciando a forte demanda por proteína bovina, principalmente nos países economicamente desenvolvidos e efeitos da desvalorização do real na tradução dos resultados em dólar.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores informam que os resultados das nossas operações são influenciados por diversos fatores, como variação dos preços de matérias-primas e custo de mão-de obra.

Consideração do impacto das taxas de câmbio sobre o resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2021, 79,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 92% das vendas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, 88,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 93% das vendas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, 96,0% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 90% das vendas da Companhia.

Considerações sobre impacto da inflação e da taxa de juros sobre o resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média ponderada de juros da dívida foi de 5,5%, uma redução de 0,2 pbs quando comparado à posição da dívida contratada no mesmo período em 2020, refletindo processo de Liability Management com o objetivo de alongar o perfil da dívida e reduzir o custo de nossa estrutura de capital.

Análise comparativa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

A receita líquida de vendas na América do Norte aumentou para R\$62.845,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2020 que foi de R\$48.908,5 milhões. A receita líquida recorde é explicada pelo maior volume de vendas e principalmente pelo aumento nos preços médios praticados no mercado doméstico (+17,2% vs 2020) e no mercado externo (+34,6% vs 2020), evidenciando a forte demanda por proteína bovina, principalmente nos países economicamente desenvolvidos.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 22,3%, de R\$55.760,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$68.187,9 milhões no mesmo período em 2021. O aumento é explicado, principalmente, pelo maior custo do gado na América do Sul e pela desvalorização do real frente ao dólar nas traduções de custos em moeda estrangeira.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 80,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O gasto com mão de obra representou 10,3% do custo total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a 10,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O lucro bruto foi de R\$17.200,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 46,7% em relação ao mesmo período em 2020 e a margem bruta atingiu 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R\$4.219,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 19,9% em relação aos R\$3.519,3 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Em 2021, as despesas com vendas foram de R\$ 3.121,8 milhões. As despesas com vendas em função da receita líquida foram de 3,7% uma diminuição de 0.1 pontos base em relação a 2020, a melhora é explicada pelo menor volume exportado das unidades do Brasil contribuindo para uma menor despesa com fretes e outros custos logísticos.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 1.098,0 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,3% uma redução de 0.1 pontos base em relação a 2020.

Em 2021, a Marfrig alcançou seu maior resultado histórico, com EBITDA ajustado de R\$ 14.544,1 milhões, um aumento de 51,6% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustado foi de 17,0%, uma expansão de 298 pbs em relação a margem de 14,2% de 2019. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) o resultado recorde na Operação América do Norte, como explicado anteriormente; (ii) melhoras de eficiência e produtividade e de redução de custos na Operação América do Sul; e por fim (iii) desvalorização cambial do período.

Análise comparativa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A receita líquida de vendas na América do Norte aumentou para R\$48.908,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2019 que foi de R\$33.951,9 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 3,6% no preço médio no mercado doméstico e maior volume de vendas totais, reflexo da alta demanda por proteína bovina em todo o globo.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 31,6%, de R\$42.377,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$55.760,0 milhões no mesmo período em 2020. O aumento é explicado, principalmente, pelo maior custo do gado na América do Sul e pela desvalorização do real frente ao dólar nas traduções de custos em moeda estrangeira.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 80,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a 80,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O gasto com mão de obra representou 10,5% do custo total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a 8,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O lucro bruto foi de R\$11.721,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 83,6% em relação ao mesmo período em 2019 e a margem bruta atingiu 17,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R\$3.519,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 25,2% em relação aos R\$2.810,8 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 explicada pela (i) pelo efeito do câmbio na tradução das unidades internacionais para o real; (ii) ações voltadas para redução de despesa como otimizações logísticas e reduções de viagens; e (iii) pela simplificação da estrutura corporativa realizada no começo de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA ajustado consolidado atingiu R\$9.595,9 milhões, um aumento de 99,4% na comparação com o mesmo período e 2019. Já a margem EBITDA ajustada foi de 14,2%, uma expansão de 4 pbs em relação a margem de 9,9% no mesmo período em 2019. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) os resultados recordes nas duas operações, como explicado anteriormente; (ii) melhoras de eficiência na produtividade e de redução de custos; e por fim (iii) desvalorização cambial do período.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 91,89% do capital votante total da QuickFood S.A. por US\$ 54,9 milhões. A Quickfood é o principal produtor de carne bovina da Argentina, líder no mercado de hambúrgueres local e tem uma capacidade de processamento de 620 cabeças/dia.

Em 24 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Várzea Grande no Estado de Mato Grosso e firmaram uma parceria de fornecimento com a BRF S.A. por R\$100 milhões. A parceria permitirá que a Companhia possa expandir ainda mais suas relações de fornecimento para empresas globais de serviços de alimentação no Brasil.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia vendeu todas as participações societárias da Ohio Beef USA LLC para a National Beef por US\$ 60 milhões. Após o fechamento desta transação, a Ohio Beef USA LLC alterou sua denominação para National Beef Ohio, LLC.

Em 10 de junho de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária NBM US Holdings, LLC, em conjunto com Jefferies Financial Group, Inc (por meio de sua subsidiária JIAC LLC), U.S. Premium Beef, LLC, TMK Holdings, LLC e NBPCo Holdings, LLC, celebrou um acordo com a Sysco Holdings, LLC (“Sysco”), em que adquiriram 100,00% do capital votante e total da Iowa Premium, LLC (“Iowa”), que posteriormente foi integralizado como capital na National Beef Packing Company, LLC (“National Beef”).

A Iowa Premium é uma empresa sediada nos Estados Unidos, possui capacidade de abate de 1.100 cabeças/dia e atingiu em 2018 um faturamento de US\$644 milhões. Além disso, trabalha apenas com animais de alta qualidade (Black Angus), e é especializada em carnes com graduação “USDA Choice” e “USDA Prime”.

A transação está totalmente alinhada com a estratégia da National Beef, aumentando sua capacidade de atender mercados que buscam carne de alta qualidade, além de representar uma oportunidade de geração de sinergias e melhorias de escala em sua operação. Além disso, demonstra a parceria de longo prazo entre Marfrig, Jefferies, USPB, TMK e NBPCo, bem como o comprometimento de todos acionistas com a National Beef.

Em 29 de novembro de 2019, novamente, por meio de sua subsidiária, NBM US Holdings, Inc, aumentou sua participação no capital social da controlada National Beef, através da aquisição adicional de 30,73% do capital votante e total da National Beef pelo valor de de R\$ 3.255 milhões.

Com a transação a NBM passa a deter 81,73% de participação na subsidiária norte americana.

Em 24 de setembro de 2020 foi constituída a Las Animas sob as Leis da República do Paraguai, com escritório na cidade de Asunción, Paraguay, no qual a Marfrig detem 100% de participação. A empresa possui capital autorizado em (PYG) Gs. 5.000 milhões representados por ações ordinárias nominativas e endossáveis, cada uma com um valor nominal de Gs 50 mil e direito a 1 (um) voto.

A companhia comunicou um acordo de Intenções não vinculante com a Associação Paraguaia de Produtores e Exportadores de Carne – APPEC para, em conjunto, constituírem uma nova sociedade na República do Paraguai com o objetivo de explorar potenciais investimentos no país.

A Marfrig deverá contribuir com seu know-how em matéria de tecnologia, produção, comercialização e logística, enquanto a APPEC buscará garantir uma quantidade significativa de matéria-prima e seus vastos conhecimentos no mercado local de modo a permitir o desenvolvimento do negócio de forma sustentável, com alta qualidade e a preços competitivos.

Em 05 de Outubro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com os acionistas da Campo del Tesoro, para adquirir 100% das ações da empresa na Argentina. O valor total da transação é de US\$ 4,6 milhões (R\$ 25.966). A Campo del Tesoro é líder na produção de hambúrgueres de carne bovina para o food service na Argentina. A empresa opera uma planta localizada em Pilar, Província de Buenos Aires, com capacidade de processamento de cerca de 15 mil toneladas/ano de hambúrgueres atendendo majoritariamente um dos maiores players em food service do mundo.

Em 26 de outubro de 2020 a companhia informa após a obtenção de aprovação pelas autoridades regulatórias competentes, concluiu a criação da PlantPlus Foods LLC constituída sob as Leis de Delaware, com escritório na cidade de Chicago, nos Estados Unidos. Acordo com a Archer-Daniels-Midland Company ("ADM"), joint venture que combinará a capacidade de inovação, excelência operacional e escala global das duas companhias para a produção e comercialização de produtos de base vegetal por meio dos canais de varejo e food service, nos mercados da América do Sul e América do Norte.

A Marfrig, uma das maiores fabricantes de carne bovina e maior produtora de hambúrgueres do mundo, e a ADM, líder global em nutrição, já têm uma história de sucesso ao atuarem juntas para o desenvolvimento e fabricação de produtos sustentáveis e de base vegetal, incluindo os hambúrgueres Rebel Whopper, do Burger King, e Aussie Plant Burger, do Outback Steakhouse, no Brasil, bem como produtos comercializados sob a marca Revolution, da Marfrig. Agora, a PlantPlus Foods possibilitará a expansão desse relacionamento de sucesso e especialização única para oferecer aos seus clientes hambúrgueres, nuggets, embutidos, salsichas e outros produtos de base vegetal da mais alta qualidade.

A Marfrig tem 70% da nova companhia e a ADM detem 30%. A Marfrig será responsável pela produção, venda e distribuição da PlantPlus Foods, utilizando suas instalações em Várzea Grande, estado do Mato Grosso, e em Ohio, nos Estados Unidos. A ADM fornecerá conhecimento técnico, desenvolvimento de aplicação e uma gama de ingredientes de base vegetal a partir do seu complexo especial de proteína em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, bem como sua rede de unidades de proteína localizadas nos EUA, incluindo sua nova fábrica de proteína de ervilha em Enderlin, no estado de North Dakota.

Em 06 de abril de 2021, foi constituída a Plantplus Foods Brasil Ltda., sociedade que tem como objeto social o desenvolvimento de negócios relativos à consultoria empresarial, pesquisa, desenvolvimento, produção, promoção e comercialização de produtos alimentícios processados à base de proteína vegetal.

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada, concluiu o processo de aquisição da DEW – Drink Eat Well, LLC ("Hilary's"), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América, aumentando o portfólio de produtos e a capacidade para aprimorar as operações da PlantPlus Foods.

A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve, nos últimos três exercícios sociais, mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

A Companhia descreve os principais pontos da revisão das novas normas a seguir:

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o NBC TG 06/R3/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

Adicionalmente, a Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da NBC TG 32/R4 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, em conformidade com a ITG 22 que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32/R4 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

NBC TG 06/R3/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o NBC TG 06/R3/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

O impacto da aplicação inicial sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas para ativos de direito de uso e passivos de arrendamento a pagar foram respectivamente R\$145.784 e R\$458.859. No resultado do exercício o impacto líquido foi positivo no montante de R\$7.443 e R\$18.010, respectivamente na Companhia e consolidado. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo anterior do ativo imobilizado arrendado (leasing financeiros) foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar.

Adicionalmente, os Diretores informam que não houve, nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer efeitos significativos nas práticas contábeis com relação a Companhia que tenham causado ou se espera que venham causar efeito nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram emitidas sem ressalvas ou ênfases.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores entendem que para a elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na avaliação dos Diretores, além das práticas contábeis padrões e usuais, tendo em vista o setor de agronegócios ao qual a Companhia está inserida, e as características de diversidade da Companhia, as seguintes políticas são de importância crítica para a elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas

Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita, quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das Demonstrações Contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre Controladora e suas Controladas.

Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), perda esperada para realização dos estoques, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- (a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- (b) Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- (c) Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- (d) Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- (e) Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- (f) Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- (g) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD;
- (h) Perda esperada com a realização dos estoques;
- (i) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- (j) Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis); e
- (k) Plano de opção de compra de ações – *stock option plan*.

Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BU*s da Companhia que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Como mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 o NBC TG 06/R3/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data.

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não fazem parte das demonstrações contábeis divulgadas, sendo apenas apresentados em nota explicativa. Tais contratos não apresentam quaisquer restrições ou contingências, e, na opinião dos Diretores, foram celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, incluindo custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso, a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Os Diretores informam que em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

Adicionalmente, a Companhia não possui ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constem de suas demonstrações financeiras dos exercícios social de 2021, 2020 e 2019 e das respectivas notas explicativas.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Na opinião dos Diretores, conforme mencionado no item 10.6 deste Formulário de Referência, a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e das respectivas notas explicativas.

(b) natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que os arrendamentos mercantis operacionais se referem a contratos de característica similar a um contrato de aluguel, não se enquadrando nos critérios de classificação como arrendamento mercantil financeiro, previstos na NBC TG 06/R3 – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, aeronave e plantas frigoríficas, os quais têm como propósito a utilização dos mesmos nas atividades operacionais da Companhia durante a vigência do contrato, podendo ser ou não renovados, bem como serem ou não exercidas eventuais opções de compra.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A seguir é apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2021 (obrigações assumidas) e 2020 e os principais dados contratuais:

Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos.)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Plantas, instalações e edificações	6,23%	5,7	221.517	233.817
Licença Software	-	-	-	16
Máquinas e Equipamentos	3,42%	3,5	355.687	390.861
Outros	3,25%	6,7	93.293	97.133
Juros financeiros a incorrer			(28.035)	(32.397)
Total	4,51%		642.462	689.430
Passivo Circulante			161.032	161.432
Passivo não circulante			481.430	527.998

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na opinião dos Diretores, os investimentos refletem a visão estratégica da Companhia, com foco em proteína bovina e produtos de maior valor agregado.

Além dos investimentos estratégicos, a constante busca pelo ganho de eficiência, ganhos de escala, redução de custos e melhorias operacionais, as atividades da Companhia demandam investimentos regulares.

Adicionalmente, os Diretores entendem que a Companhia seguirá investindo em projetos que reforcem sua atuação no mercado de produtos de maior valor agregado, em linha com as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade corporativa, com responsabilidade social, principalmente nas comunidades, e preservação ambiental.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os investimentos somaram R\$2.304 milhões, no qual, 41,1% foram destinados à manutenção de seus ativos, 50,4% foram destinados ao crescimento e ampliação das unidades fabris e centros de distribuição e 8,5% com atividades de M&A.

Destaca-se ainda o efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021
Crescimento	1.161
Manutenção	947
Total	2.108
Investimentos	195
Total com Aquisição	2.304

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, (iii) transações de mercado de capitais em geral.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada, concluiu o processo de aquisição da DEW – Drink Eat Well, LLC (“Hilary’s”), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América, aumentando o portfólio de produtos e a capacidade para aprimorar as operações da PlantPlus Foods.

A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

Em 05 de Outubro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com os acionistas da Campo del Tesoro, para adquirir 100% das ações da empresa na Argentina. O valor total da transação é de US\$ 4,6 milhões (R\$ 25.966). A Campo del Tesoro é líder na produção de hambúrgueres de carne bovina para o food service na Argentina. A empresa opera uma planta localizada em Pilar, Província de Buenos Aires, com capacidade de processamento de cerca de 15 mil toneladas/ano de hambúrgueres atendendo majoritariamente um dos maiores players em food service do mundo.

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 91,89% do capital votante total da QuickFood S.A. por US\$ 54,9 milhões. A Quickfood é o principal produtor de carne bovina da Argentina, líder no mercado de hambúrgueres local e tem uma capacidade de processamento de 620 cabeças/dia.

Em 24 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Várzea Grande no Estado de Mato Grosso e firmaram uma parceria de fornecimento com a BRF S.A. por R\$100 milhões. A parceria permitirá que a Companhia possa expandir ainda mais suas relações de fornecimento para empresas globais de serviços de alimentação no Brasil. Esses ativos complementarão o portfólio de produtos da operação América do Sul.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia vendeu todas as participações societárias da Ohio Beef USA LLC para a National Beef por US\$ 60 milhões. Após o fechamento desta transação, a Ohio Beef USA LLC alterou sua denominação para National Beef Ohio, LLC.

Em 10 de junho de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária NBM US Holdings, LLC, em conjunto com Jefferies Financial Group, Inc (por meio de sua subsidiária JIAC LLC), U.S. Premium Beef, LLC, TMK Holdings, LLC e NBPCo Holdings, LLC, celebrou um acordo com a Sysco Holdings, LLC (“Sysco”), em que adquiriram 100,00% do capital votante e total da Iowa Premium, LLC (“Iowa”), que posteriormente foi integralizado como capital na National Beef Packing Company, LLC (“National Beef”).

A Iowa Premium é uma empresa sediada nos Estados Unidos, possui capacidade de abate de 1.100 cabeças/dia e atingiu em 2018 um faturamento de US\$644 milhões. Além disso, trabalha apenas com animais de alta qualidade (Black Angus), e é especializada em carnes com graduação “USDA Choice” e “USDA Prime”.

A transação está totalmente alinhada com a estratégia da National Beef, aumentando sua capacidade de atender mercados que buscam carne de alta qualidade, além de representar uma oportunidade de geração de sinergias e melhorias de escala em sua operação. Além disso, demonstra a parceria de longo prazo entre Marfrig, Jefferies, USPB, TMK e NBPCo, bem como o comprometimento de todos os acionistas com a National Beef.

Em 29 de novembro de 2019, novamente, por meio de sua subsidiária, NBM US Holdings, Inc, aumentou sua participação no capital social da controlada National Beef, através da aquisição adicional de 30,73% do capital votante e total da National Beef pelo valor de de R\$ 3.255 milhões. Com a transação a NBM passa a deter 81,73% de participação na subsidiária norte americana.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

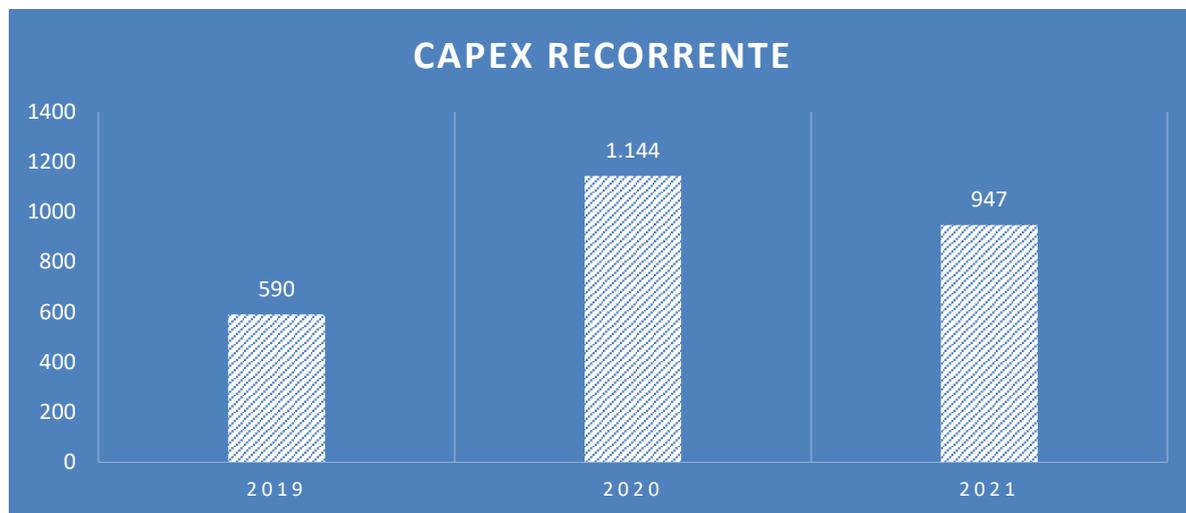
(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

CAPEX Recorrente

Abaixo apresentamos o CAPEX recorrente utilizado pela Companhia destinados exclusivamente para manutenção:



ANEXO VI

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL INTEGRANTES DA CHAPA PROPOSTA PELA ADMINISTRAÇÃO

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Índice

12. Assembléia E Administração

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	1
12.7/8 - Composição Dos Comitês	10
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	14
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	15

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ITEM 12.5 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro Independentes	Mandatos Consecutivos
Marcos Antonio Molina dos Santos	17/01/1970	Empresário	102.174.668-18	Presidente do Conselho de Administração	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	-	Sim	Não	5
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	28/03/1973	Empresária	182.070.698-21	Conselheiro de Administração	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	Membro do Comitê Financeiro	Sim	Não	5
Rodrigo Marçal Filho	03/10/1974	Empresário	184.346.398-90	Conselheiro de Administração	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	Diretor Estatutário sem designação específica	Sim	Não	9

Alain Emile Henri Martinet	23/01/1943	Administrador de Empresas	233.887.318-10	Conselheiro de Administração	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Não	6
Herculano Aníbal Alves	15/02/1953	Economista e Administrador rural	463.463.178-49	Conselheiro de Administração Independente	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	Membro do Comitê Financeiro e do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	Sim	Sim	2
Roberto Silva Waack	28/03/1960	Biólogo e Administrador	029.327.158-52	Conselheiro de Administração Independente	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	-	Sim	Sim	2
Antonio dos Santos Maciel Neto	11/10/1957	Engenheiro Mecânico	532.774.067-68	Conselheiro de Administração Independente	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2023	Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e membro do Comitê de Auditoria e do Comitê.	Sim	Sim	7

MEMBROS DA DIRETORIA:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Mandatos Consecutivos
Miguel de Souza Gularte	29/11/1958	Médico Veterinário	270.209.240-34	Diretor Presidente	16/03/2020	16/03/2020	16/03/2023	-	Sim	1
Tang David	16/04/1969	Administrador	213.882.168-41	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	16/03/2020	16/03/2020	16/03/2023	Membro do Comitê Financeiro	Sim	5
Heraldo Geres	16/10/1968	Advogado	119.691.688-89	Diretor Jurídico e RH	16/03/2020	16/03/2020	16/03/2023	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	Sim	9
Rodrigo Marçal Filho	03/10/1974	Empresário	184.346.398-90	Conselheiro de Administração	16/03/2020	16/03/2020	16/03/2023	Membro do Conselho de Administração	Sim	9

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos
José Luiz de Souza Gurgel	12/02/1966	Economista e Contador	918.587.207-53	Conselheiro Fiscal Efetivo	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023		sim	0
Ricardo Florence dos Santos	26/02/1955	Administrador	812.578.998-72	Conselheiro Fiscal Efetivo	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023	-	Sim	2
José Osvaldo Bozzo	12/10/1965	Advogado	052.238.968-66	Conselheiro Fiscal Suplente	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023	-	Sim	2
Ely Carlos Perez	01/06/1970	Contador	140.264.678-05	Conselheiro Fiscal Suplente	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023	-	Sim	6
Marcílio José da Silva	30/12/1963	Contador	329.564.871-91	Conselheiro Fiscal Suplente	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023	-	Sim	0
Tiago Medeiros Garcia	01/06/1970	Contador	140.264.678-05	Conselheiro Fiscal Efetivo	08/04/2022	08/04/2022	AGO 2023	-	Sim	0

ITEM 12.5 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Marcos Antonio Molina dos Santos – CPF/MF: 102.174.668-18

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 52 anos, é o presidente do Conselho de Administração da Companhia. O executivo acumula experiência de mais de 20 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes-chave da Companhia, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia.

O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 48 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rodrigo Marçal Filho – CPF/MF: 184.346.398-90

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 47 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

O Sr. Marçal Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 79 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde dezembro de 2009. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 30 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig. O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 69 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Governança, Risco e Compliance pela Risk University - KPMG. Curso de Comitê de Auditoria pelo IBGC, qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, Gestor de Renda Variável, Analista de Investimento e Analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Onibus Vila Carrão. Nas três primeiras empresas, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro e Coordenador do Comitê Financeiro da Marfrig. O Sr. Herculano não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 61 anos, é Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados),

CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centroflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 - 2005); FIA/USP – Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENZA Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006).

O Sr. Roberto Silva Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 64 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

DIRETORIA:

Miguel de Souza Gularte - CPF/MF: 270.209.240-34

O Sr. Miguel Gularte, 63 anos, está na Marfrig desde 2018 como CEO da operação da América do Sul. Médico veterinário de formação e tem um histórico profissional de quase 40 anos no setor de carne bovina. Iniciou sua carreira na Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados (Cicade), foi presidente do frigorífico uruguaio PUL, vice-presidente internacional do Minerva e presidente da JBS Mercosul.

O Sr. Miguel de Souza Gularte não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tang David - CPF/MF: 213.882.168-41

O Sr. Tang David, 53 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

O Sr. Tang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade.

Heraldo Geres – CPF/MF:119.691.688-89

O Sr. Geres, 53 anos, é o Diretor Jurídico Estatutário e Vice Presidente Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia, formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

O Sr. Geres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade.

Rodrigo Marçal Filho – CPF/MF: 184.346.398-90

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 47 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL:**José Luiz De Souza Gurgel – CPF 918.587.207-53**

O Sr. José Luiz Gurgel, 55 anos, possui 32 (trinta e dois) anos de experiência como auditor independente ou consultor em contabilidade. Desde junho de 2019 é sócio da Andrade Gurgel Consultoria e Treinamento atuando como consultor empresarial com especialização em auditoria, finanças e contabilidade. Desde maio de 2021 integra o Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto) como suplente. É Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Participou de trabalhos de auditoria em processos de reorganização societária (aquisições, fusões, cisões e incorporações), processos de abertura de capital e de emissão de dívidas. Professor de contabilidade e de auditoria em cursos corporativos. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ com dissertação elaborada na área de auditoria. Graduado em Economia pela UERJ e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade com pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017

Ricardo Florence dos Santos – CPF/MF: 812.578.998-72

O Sr. Florence dos Santos, 67 anos, atua como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. desde 2016, como membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods e do Conselho Consultivo da Granol Indústria, Comércio e Exportação desde 2020 e como membro do Conselho Fiscal da CEEE-T e do Comitê Estatutário de Auditoria da CPFL Energia desde 2021. Acumula na MOVIDA os comitês de Auditoria e Financeiro. Atuou como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016 e como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia entre 2017 e 2021 e no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e do Conselho Consultivo da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006). O Sr. Ricardo Florence dos Santos não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. O Sr. Ricardo Florence dos Santos não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor e não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo

administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tiago Medeiros Garcia – CPF/MF: 301.511.158-26

O Sr. Tiago Medeiros Garcia, 39 anos, atua como gerente fiscal no Benício Advogados Associados, desde 2013, cujo foco principal é a recuperação de tributos. Lidera uma equipe de 22 pessoas que desenvolve os projetos em diversos clientes nacionais e multinacionais, proporcionando todo o suporte técnico e da legislação tributária, bem como a coordenação da área. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto e com Pós-Graduação em Gestão Tributária pela FECAP, participou ainda de cursos de Contabilidade Básica; SPED Fiscal e EFD Contribuições; ICMS -Substituição Tributária; Apuração do Imposto de Renda (Lucro Real); PIS/COFINS – Não cumulativo e cumulativo. Atuou ainda como Supervisor Fiscal entre 2009 e 2013 no Benício Advogados Associados, anteriormente no período entre 2008 e 2009 como analista tributário senior no Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados e de 2003 à 2008 como analista tributário no Marcondes Advogados Associados.

O Sr. Tiago não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Suplentes:

Ely Carlos Perez – CPF/MF: 140.264.678-05

Ely Carlos Perez, 51 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área Financeira, Contábil e Processos Gerenciais, sendo os últimos 17 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerenciais (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A.

O Sr. Ely Carlos Peres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Osvaldo Bozzo – CPF/MF: 052.238.968-66

O Sr. José Osvaldo Bozzo, 56 anos, é graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, atua há mais de 30 anos como consultor tributarista, tendo forte especialização em Agronegócios e participação em projetos de consultoria tributária e de apoio à auditoria de diversas empresas Produtoras de Etanol e Açúcar no Brasil, se tornando um dos responsáveis Consultores em grandes aquisições. Iniciou sua carreira em 1989 na PriceWaterhouseCoopers, em Ribeirão Preto, atuando

como consultor de tributos até 1997, tornando-se em 1998 Gerente na antiga Trevisan Auditores (atual BDO), na área de TAX, Diretor e, posteriormente, Sócio em 2007. Permaneceu como Sócio da KPMG, após a compra da BDO Brasil até dezembro de 2012. Atuou como Sócio e consultor de tributos na MJC Consultores e Auditores de Ribeirão

Preto no até dezembro de 2018, e atualmente atua na Jbozzo Consultores prestando consultoria especializada nas áreas Contábil, Tributária, Societária, Trabalhista e Previdenciária para empresas de diversas atividades. Além de consultor foi professor de planejamento tributário na USP – MBA. Participou em Portugal, de trabalhos relacionados à Revisão de Asseguração de Qualidade de Serviços Tributários e no Chile na XIV Reunião Anual de sócios da BDO dos países da América Latina. Possui também diversos artigos publicados em revistas, jornais e sites abordando questões tributárias e jurídicas de interesse do agronegócio.

O Sr. José Osvaldo Bozzo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Marcílio José da Silva – CPF/MF: 329.564.871-91

O Sr. Marcílio José da Silva, 58 anos, é contador formado pela FACEC Candido Rondon – Cuiabá – MT, tendo ocupado cargos na área de contabilidade em Frigoríficos, a exemplo dos Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (entre 1996-2000)” e “Frigorífico Tangará Ltda.” (entre 2000-2003). É consultor em contabilidade e foi membro titular do Conselho Fiscal da Companhia de abril de 2010 a abril de 2014.

O Sr. Marcílio José da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Nome	Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcos Antonio Molina dos Santos	N/A	N/A
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	N/A	N/A
Rodrigo Marçal Filho	N/A	N/A

Alain Emile Henri Martinet	N/A	N/A
Herculano Aníbal Alves	N/A	N/A
Roberto Silva Waack	N/A	N/A
Antonio dos Santos Maciel Neto	N/A	N/A
Miguel de Souza Gularte	N/A	N/A
Tang David	N/A	N/A
Heraldo Geres	N/A	N/A
Rodrigo Marçal Filho	N/A	N/A
José Luiz de Souza Gurgel	N/A	N/A
Ricardo Florence dos Santos	N/A	N/A
José Osvaldo Bozzo	N/A	N/A
Ely Carlos Perez	N/A	N/A
Marcílio José da Silva	N/A	N/A
Tiago Medeiros Garcia	N/A	N/A

ITEM 12.6 - EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DO CONSELHO FISCAL NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, INFORMAR, EM FORMATO DE TABELA, O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO:

Conselho de Administração - Membro	Total de reuniões realizadas desde a posse até março de 2022	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Marcos Antonio Molina dos Santos	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Rodrigo Marçal Filho	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Alain Emile Henri Martinet	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Antonio dos Santos Maciel Neto	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Roberto Faldini	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Herculano Aníbal Alves	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%
Roberto Silva Waack	26 (vinte e seis) reuniões realizadas	100%

Conselho Fiscal - Membro	Total de reuniões realizadas desde a posse até março de 2022	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
José Luiz de Souza Gurgel		
Ricardo Florence dos Santos	5 (cinco) reuniões realizadas	100%
Axel Erhard Brod	5 (cinco) reuniões realizadas	100%

ITEM 12.7. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

Nome CPF / Passaporte Outros cargos/funções exercidas no emissor	Tipo Comitê	Cargo ocupado Descrição outros cargos ocupados	Profissão Data de Nascimento	Data da Eleição Data da Posse	Prazo mandato	Nº mandatos consecuti vos
Marcia A.P. Marçal dos Santos/ CPF 182.070.698-21/ Membro do Conselho de Administração	Comitê Financeiro	Membro do Comitê Financeiro	Empresária 28/03/1973	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	4
Herculano Aníbal Alves/CPF 463.463.178-49/ Membro do Conselho de Administração	Comitê Financeiro e Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.	Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	Economista e Administrador Rural 15/02/1953	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	2
Tang David/ CPF 213.882.168-41/ Diretor Estatutário	Comitê Financeiro	Membro do Comitê Financeiro	Administrador de Empresas 16/04/1969	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	1
Antonio dos Santos Maciel Neto/ CPF 532.774.067-68/ Membro do Conselho de Administração	Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Auditoria Estatutário	Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	Engenheiro Mecânico 11/10/1957	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	4
Heraldo Geres/ CPF 119.691.688-89/ Diretor Estatutário	Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	Advogado 26/10/1968	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	2
José Mauro Depes Lorga/CPF 711.509.277-04/ Não Aplicável	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	Economista 05/11/1960	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	1

Lucio Abrahão Monteiro Bastos/CPF 090.776.838-52/ Não Aplicável	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	Advogado 04/08/1969	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	1
Roberto Silva Waack/ CPF 029.327.158-52/ Membro do Conselho de Administração	Comitê de Sustentabilidade	Coordenador do Comitê de Sustentabilidade	Biólogo 28/03/1960	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	2
Marcelo de Camargo Furtado/ CPF 054.087.568-66	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Engenheiro Químico 15/11/1963	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	1
Paulo Pianez Junior/ CPF 083.886.738-31/ Diretor de Sustentabilidade	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Economista 24/08/1966	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	4
Daniela Mariuzzo/ CPF 168.359.918-79/ Não Aplicável	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Engenheira de Alimentos 27/05/1971	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	2
Alain Emilie Henri Martinet/ CPF 233.887.318-10/ Membro do Conselho de Administração	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Administrador de Empresas 23/01/1943	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	2
Marcella Fernanda Marçal dos Santos/ CPF 541.233.298-61/ Não Aplicável	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Estudante 06/12/2002	11/05/2021 11/05/2021	AGO 2023	0

ITEM 12.7 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS MEMBROS DOS COMITÊS. + QUADRO DE CONDENAÇÃO N/A

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 48 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 68 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Governança, Risco e Compliance pela Risk University - KPMG. Curso de Comitê de Auditoria pelo IBGC, qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, Gestor de Renda Variável, Analista de Investimento e Analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Onibus Vila Carrão. Nas três primeiras empresas, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro e Coordenador do Comitê Financeiro da Marfrig. O Sr. Herculano não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tang David - CPF/MF: 213.882.168-41

O Sr. Tang David, 52 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

O Sr. Tang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 63 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Heraldo Geres – CPF/MF:119.691.688-89

O Sr. Geres, 52 anos, é o Diretor Jurídico Estatutário e Vice Presidente Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia, formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

O Sr. Geres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade.

José Mauro Depes Lorga - CPF/MF: 711.509.277-04

É sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento

Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil. O Sr. Lucio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Lucio Abrahão Monteiro Bastos – CPF/MF:090.776.838-52

O Sr. Lucio é sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil. O Sr. Lucio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 61 anos, é Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos

seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centriflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 - 2005); FIA/USP –Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENSA Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006).

O Sr. Roberto Silva Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo de Camargo Furtado – CPF/MF 054.087.568-66

O Sr. Marcelo Furtado é CSO e sócio fundador da startup ZScore uma plataforma de relacionamento que oferece uma solução de rastreabilidade de ativos ambientais utilizando a tecnologia Blockchain. Presidente do conselho da World Resources Institute (WRI) Brasil. Membro do conselho da Conectas Direitos Humanos e membro do comitê de sustentabilidade e inovação da Duratex. Foi diretor executivo da Alana Foundation (2018 a março de 2020) e co-fundador da plataforma Believe.Earth. Membro fundador e atuou de 2016 a junho de 2018 como facilitador da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, um fórum multistakeholder com representantes da academia, setor privado e sociedade civil para promover uma economia para o uso do solo sustentável, inclusiva e de baixo carbono. Engenheiro Químico por formação com mestrado em energias renováveis. Profissional com mais de 30 anos de experiência como ativista comprometido com o avanço da agenda da sustentabilidade e justiça social através da inovação e mobilização pública nas áreas de Clima, Energia e Uso da Terra. Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow (2011). Diretor Executivo do Instituto Arapyáú (2013 a 2017) fundação familiar que promove sustentabilidade, justiça, educação e ativismo político. Diretor Executivo do Greenpeace Brasil (2008 a 2013). Diretor de campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima&Energia e Poluição Industrial (2005 a 2008). Atuou no Greenpeace Internacional (1990 a 2005) como conselheiro para políticas públicas em clima, energia e poluição industrial; coordenou a campanha global (e anteriormente para a América Latina) pela promoção de tecnologias limpas e contra o comércio internacional de resíduos tóxicos. Antes de se juntar ao setor sem fins lucrativos trabalhou na Dow Chemicals na área de marketing e na Techinova como consultor em de inovação e tecnologia.

Paulo Pianez Junior – CPF/MF: 083.886.738-31

O Sr. Paulo é formado em Economia pela UNICAMP, pós-graduado em Qualidade e especializado em Retail Management pela Youngstown State University (EUA), Paulo atuou mais de 10 anos como Diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo Carrefour Brasil e anteriormente foi diretor da qualidade do BankBoston e Superintendente de Relações com Clientes do Banco Santander.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 78 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde dezembro de 2009. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 30 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig. O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Daniela Mariuzzo – CPF/MF: 168.359.918-79

A Sra. Daniela tem mais de 20 anos de experiência em Sustentabilidade e Finanças Responsáveis. Vasta experiência e relações com agências governamentais, ONGs, instituições financeiras, bancos de desenvolvimento, empresas manufactureiras e agricultores. Referência nacional e internacional na estruturação de operações financeiras responsáveis. Representação e trânsito internacional em fóruns e iniciativas globais. Atuação no gerenciamento de equipes multiculturais. Experiência nos segmentos de finanças, consultoria, alimentos, biotecnologia, agropecuária e acadêmico. Conhecimento profundo dos sistemas de gerenciamento para otimizar processos e certificações. Rica experiência acadêmica, com mestrado e doutorado em Biotecnologia. Inglês e espanhol fluente e experiência internacional.

Marcella Fernanda Marçal dos Santos – CPF/MF: 541.233.298-61

A Sra. Marcella é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e conta com experiência profissional no setor do agronegócio. É graduanda em Administração de Empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

Nome	Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	N/A	N/A
Herculano Aníbal Alves	N/A	N/A
Tang David	N/A	N/A
Alain Emile Henri Martinet	N/A	N/A
Antonio dos Santos Maciel Neto	N/A	N/A
Heraldo Geres	N/A	N/A
José Mauro Depes Lorga	N/A	N/A
Lucio Abrahão Monteiro Bastos	N/A	N/A
Roberto Silva Waack	N/A	N/A
Marcelo de Camargo Furtado	N/A	N/A
Paulo Pianez Junior	N/A	N/A
Daniela Mariuzzo	N/A	N/A
Alain Emilie Henri Martinet	N/A	N/A
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	N/A	N/A

ITEM 12.8 - EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS, INFORMAR, EM FORMATO DE TABELA, O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO:

Comitê de Auditoria Estatutário - Membros	Total de reuniões realizadas pelo Comitê desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
José Mauro Depes Lorga	9 (nove) reuniões realizadas até 08 de abril de 2021	100%
Antonio dos Santos Maciel Neto	9 (nove) reuniões realizadas até 08 de abril de 2021	100%
Lúcio Abrahão Monteiro Bastos	9 (nove) reuniões realizadas até 08 de abril de 2021	100%

Comitê Financeiro - Membros	Total de reuniões realizadas pelo Comitê desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Herculano Aníbal Alves	5 (cinco) reuniões realizadas	100%
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	5 (cinco) reuniões realizadas	100%
Tang David	5 (cinco) reuniões realizadas	100%

Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos - Membros	Total de reuniões realizadas pelo Comitê desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Antonio dos Santos Maciel Neto	5 (cinco) reuniões realizadas	100%
Heraldo Geres	5 (cinco) reuniões realizadas	100%
Herculano Aníbal Alvez	5 (cinco) reuniões realizadas	100%

Comitê de Sustentabilidade	Total de reuniões realizadas pelo Comitê desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Roberto Silva Waack	10 (dez) reuniões realizadas	100%
Paulo Pianez Junior	10 (dez) reuniões realizadas	100%
Daniela Mariuzzo	10 (dez) reuniões realizadas	100%
Alain Emile Henri Martinet	10 (dez) reuniões realizadas	100%
Marcelo de Camargo Furtado	10 (dez) reuniões realizadas	100%
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	10 (dez) reuniões realizadas	100%

12.9 EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O 2º GRAU RELACIONADAS A ADMINISTRADORES DO EMISSOR, CONTROLADAS E CONTROLADORES.

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro efetivo do Conselho de Administração	182.070.698-21	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rodrigo Marçal Filho Diretor Estatutário e Membro do Conselho de Administração.	184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos- Presidente do Conselho de Administração e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos - Membro efetivo do Conselho de Administração	102.174.668-18/ 184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcella Fernanda Marçal dos Santos Membro do Comitê de Sustentabilidade	541.233.298-61			

Observação

O Sr. Rodrigo Marçal Filho é irmão da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos que, por sua vez, é esposa do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A Sra. Marcella Marçal é filha do Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos.

12.10 INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: A) SOCIEDADE CONTROLADA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PELO EMISSOR, COM EXCEÇÃO DAQUELAS EM QUE O EMISSOR DETENHA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL; B) CONTROLADOR DIRETO OU INDIRETO DO EMISSOR; C) CASO SEJA RELEVANTE, FORNECEDOR, CLIENTE, DEVEDOR OU CREDOR DO EMISSOR, DE SUA CONTROLADA OU CONTROLADORAS OU CONTROLADAS DE ALGUMA DESSAS PESSOAS.

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2020; 31/12/2019; 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro do Conselho de Administração	182.070.698-21	Controle	
<u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		
<u>Observação</u> A MMS Participações Ltda. cujo capital social é detido pelos seus únicos sócios, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, é a acionista controladora da Marfrig Global Foods S.A.			

ANEXO VII

INFORMAÇÕES DE CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL PROPOSTOS POR ACIONISTAS MINORITÁRIOS (ART. 161, §4º DA LEI DAS S.A.). ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ITEM 12.5 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Nº mandatos consecutivos
Axel Erhard Brod	15/07/1957	Administrador de Empresas	787.729.907-91	Conselheiro Fiscal Efetivo	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2022	-	Não	06
Christiano Ernesto Burmeister	22/07/1947	Administrador de Empresas	568.995.138-20	Conselheiro Fiscal Suplente	08/04/2021	08/04/2021	AGO de 2022	-	Não	05

ITEM 12.5 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO FISCAL:

Axel Erhard Brod – CPF/MF: 787.729.907-91

a. O Sr. Axel Erhard Brod, 64 anos, é membro titular do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A. desde abril de 2013. Graduado em Administração de Empresas pela PUC/RJ, com mestrado em Finanças na PUC/RJ e curso em Administração de Empresas na Universidade das Saarlandes em Saarbruecken/Alemanha. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial. É membro do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Mahle Metal Leve S.A. e A.W. Faber Castell S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A e da Queiroz Galvão Exploração e Produção Participações S/A., e da Santos Brasil S.A. De 1999 a 2010 atuou no Grupo MAHLE exercendo diversas funções, entre as quais em equipes de gestão no Grupo MAHLE global; como membro e Presidente de diversos conselhos de administração em “joint ventures” e empresas do Grupo; e na MAHLE Metal Leve S.A. como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores entre 1999 a 2010, sendo que de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. De 1990 a 1998 exerceu funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços, tendo atuado como Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo na América do Sul. De 1984 a 1989 atuou na KPMG Auditores Independentes como gerente de auditoria da German Desk da filial no Rio de Janeiro. O Sr. Axel Erhard Brod não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Independentes na função de Gerente de Auditoria da German Desk, filial no Rio de Janeiro.

b. O Sr. Axel Erhard Brod não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Christiano Ernesto Burmeister – CPF/MF: 568.995.138-20

a. O Sr. Christiano Ernesto Burmeister, 74 anos, é Administrador de Empresas graduado pela Universidade Mackenzie em 1975, é também Engenheiro Eletrônico graduado pela Universidade Mackenzie em 1971. Atua na GBS Consultoria: Governança Corporativa e Coaching desde 2010. Atuou na BASF S.A. de 1975 a 2003, ocupando diversos cargos nesse período, tendo o último cargo como Vice – Presidente da BASF America do Sul. É membro do Conselho Fiscal da Associação Beneficente Mahle: desde Abril 2009; membro do COSAG, Conselho Superior da Agricultura do FIESP, a convite do Ministro Roberto Rodrigues, então Presidente do COSAG: desde Novembro 2009; ex-membro do Conselho

Diretor da ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal (1987 a 1989, 1993 a 1997, e 2006 a 2010); ex-membro do Conselho Consultivo do SINDAG – Sindicato Nacional de Defensivos Agrícolas (2006 a 2010) e ex-membro do Conselho da Câmara de Comércio-Indústria Brasil-Alemanha (Janeiro 2005 a Março 2006 – representando a TASA).

b. O Sr. Christiano Ernesto Burmeister não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ITEM 12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho Fiscal - Membro	Total de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Axel Erhard Brod	5 (cinco) reuniões realizadas Até março de 2022	100%
Christiano Ernesto Burmeister	5 (cinco) reuniões realizadas Até março de 2022	0%

ITEM 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos membros indicados fez ou faz parte dos comitês estatutários da Companhia.

ITEM 12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos membros indicados fez ou faz parte dos comitês estatutários da Companhia.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável, ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) i. administradores do emissor e ii. administradores do emissor de controladas, direta ou indireta, do emissor; c) i. administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e ii. Controladores diretos ou indiretos do emissor; d) i. administradores do emissor e ii. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os Srs. Axel Erhard Brod e Christiano Ernesto Burmeister e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os Srs. Axel Erhard Brod e Christiano Ernesto Burmeister e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO VIII

**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

3.1 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia visa atrair, reter e estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos seus administradores. Adicionalmente, busca impulsionar o executivo da Companhia a crescer e se desenvolver de forma a atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos da Companhia, tendo seu desempenho reconhecido através do pagamento de incentivo (curto e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão responsável pela avaliação dos administradores da Companhia e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de sua política de remuneração. O comitê é formado por membros do Conselho de Administração.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2018, que tem o escopo de estabelecer os procedimentos operacionais e de controle a serem aplicados no processo de Definição da Remuneração dos Administradores da Companhia. A política de remuneração dos Administradores encontra-se à disposição para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia no ano de 2021 é composta por uma remuneração mensal fixa, determinada anualmente para cada um de seus membros, e determinados benefícios com o objetivo de recompensar monetariamente os membros do Conselho de Administração de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remunerações distintas, pois são remunerados de acordo com o nível de participação de cada um. E pela mesma razão, há membros do Conselho de Administração da Companhia que recebem remunerações superiores a diretores estatutários. O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2021 e não será concedida para o exercício de 2022.

Diretores

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros, e benefícios diversos com o objetivo de recompensar monetariamente os membros da Diretoria de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia; e

- uma parcela variável, a qual inclui (i) a participação nos resultados da Companhia, e (ii) a remuneração com base no plano de opção de compra de ações da Companhia. Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 29 de abril de 2022. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa, a qual inclui uma remuneração mensal, determinada anualmente para cada um de seus membros e por benefício com o objetivo de recompensar monetariamente os conselheiros fiscais de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia.

Comitês

Todos os participantes dos diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Sustentabilidade podem ser remunerados por sua participação nesses comitês.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

31 de dezembro de 2021

	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	29,7%	70,3%
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2020

	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	16,9%	83,1%
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2019

	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	53,3%	46,7%
Conselho Fiscal	100%	-

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial, realizada em um período não superior a 2 anos, junto a um grupo selecionado de empresas (*peer group*) do segmento de alimentos e empresas nacionais de capital aberto com atuação no exterior, onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com objetivos da Companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração do Conselho de Administração compreende os rendimentos de seis membros. Os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2021 e não será concedida para o exercício de 2022.

Diretores

A remuneração mensal de cada Diretor está relacionada a avaliação de seu programa, bem como seu desempenho individual.

A remuneração variável de curto prazo e o incentivo de longo prazo, por sua vez, está condicionada ao cumprimento de metas internas e ao desempenho da Companhia.

Para o exercício de 2022, os indicadores utilizados para apuração da remuneração variável de curto prazo e do incentivo de longo prazo são:

EBITDA: obtido através da receita líquida da Companhia.

Individual: são propostas até cinco metas para a gestão de área do executivo, as quais focam em resultados alinhados com as diretrizes definidas pelo líder imediato, levando-se em conta, entre outros, orçamento, vendas, receita e produtividade.

Os indicadores e metas da Diretoria Executiva estão em linha com os *Guidances*, divulgados ao mercado em fatos relevantes datado de 02 de março de 2015 e de 29 de fevereiro de 2016, e são elaborados contratos de gestão, os quais consideram fatores próprios da função e os indicadores de desempenho global da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

Não aplicável para o exercício de 2021 e 2022.

Diretores

A remuneração é definida pela performance individual e pelo atingimento das metas estabelecidas, conforme identificadas no item (c), as quais são avaliadas no final do exercício com a meta proposta.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Como a Companhia adota práticas de mercado para definição de sua política de remuneração, seja fixa ou variável, as práticas estimulam e reconhecem os executivos na busca dos objetivos do negócio, estreitando a relação entre a Companhia e o administrador. A soma das remunerações (fixa, variável e indireta/benefícios) deve ser compatível com o mercado de comparação (*peer group*).

A remuneração fixa (ou salário base) tem por objetivo a recompensa do executivo de acordo com o nível de contribuição que o cargo possui dentro da estrutura da Companhia de cargos e salários. A tabela salarial da Companhia é revista no máximo a cada 2 anos de acordo com pesquisa salarial junto ao *peer group* já apresentado anteriormente.

A remuneração variável de curto prazo tem por objetivo reconhecer os resultados obtidos pela Companhia nas suas dimensões financeira, operacional e humana, de acordo com o mix de objetivos corporativos anuais, conforme indicado no item (c).

O incentivo de longo prazo tem por objetivo a retenção dos executivos e recompensa diferida no longo prazo, através de apuração anual de objetivos conforme indicado no item (c), sendo concedido através de plano de opção de compra de ações específico anualmente e diferido 25% ao ano.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Não aplicável.

Diretores

Há parcelas da remuneração recebida por um único administrador, membro da Diretoria Estatutária, em função do exercício do cargo no emissor, que é suportada por uma das controladas do grupo, Frigorífico Tacuarembó S.A.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer componente da remuneração dos administradores da Companhia vinculado a eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária é avaliada no início de cada ano e a recomendação da remuneração é apresentada ao Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, que por sua vez, faz a proposta do montante global para o Conselho de Administração e na sequência para a Assembleia Geral Ordinária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A política de remuneração dos Administradores, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano no Conselho de Administração e no Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	6,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.850.406,10	13.019.879,32	1.156.490,91	22.026.776,33
Benefícios diretos e indiretos	82.701,37	676.558,33	9.318,09	768.577,79
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	24.586.331,62	0,00	24.586.331,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	6.725.547,32	0,00	6.725.547,32
Observação				
Total da remuneração	7.933.107,47	45.008.316,59	1.165.809,00	54.107.233,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	5,25	4,00	6,00	15,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.448.600,00	10.075.439,21	935.657,94	17.499.697,15
Benefícios diretos e indiretos	77.454,42	487.084,49	4.606,72	569.145,63
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	4.635.148,27	0,00	4.635.148,27
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	6.566.054,42	35.606.163,35	940.264,66	43.112.482,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,33	6,00	18,33
Nº de membros remunerados	6,00	4,33	6,00	16,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.074.666,67	7.759.257,84	749.088,08	12.583.012,59
Benefícios diretos e indiretos	76.195,72	653.949,77	4.944,96	735.090,45
Participação em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.222.791,14	0,00	10.222.791,14
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	23.829.525,16	0,00	23.829.525,16
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	7.254.626,37	0,00	7.254.626,37
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	4.510.862,39	49.720.150,28	754.033,04	54.985.045,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,5	6,0	6,0	20,5
Nº de membros remunerados	6,5	6,0	6,0	18,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.272.466,67	9.481.297,03	684.678,20	14.438.441,90
Benefícios diretos e indiretos	82.448,20	353.635,28	4.261,16	440.344,64
Participação em comitês	440.000,00	0,00	0,00	440.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.069.803,14	0,00	7.069.803,14
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	1.555.649,05	0,00	1.555.649,05
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	4.794.914,87	18.460.384,50	688.939,36	23.944.238,73

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	17.210.432,13	0,00	17.210.432,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	49.172.663,24	0,00	49.172.663,24
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	24.586.331,62	0,00	24.586.331,62

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	26.491.825,51	0,00	26.491.825,51

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	75.690.930,00	0,00	75.690.930,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	37.845.465,00	0,00	37.845.465,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,33	6,00	18,33
Nº de membros remunerados	0,00	4,33	0,00	4,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	7.297.875,47	0,00	7.297.875,47
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	20.851.072,76	0,00	20.851.072,76
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	10.425.536,38	0,00	10.425.536,38
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	10.222.791,14	0,00	10.222.791,14

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,5	6,0	6,0	20,5
Nº de membros remunerados	-	6,0	-	6,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.690.115,05	0,00	4.690.115,05
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.211.591,68	0,00	13.211.591,68
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	6.605.795,84	0,00	6.605.795,84
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	7.069.803,14	0,00	7.069.803,14

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("**Plano de Opção**"). Os termos específicos do Plano de Opção estão descritos a seguir:

Administração do Plano de Opção

O Plano de Opção é direcionado aos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"). O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observado as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("**Comitê**").

Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo, três membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e do Comitê não serão elegíveis como Beneficiários do Plano de Opção.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção, incluindo:

- a outorga de opções nos termos do Plano de Opção, bem como a criação e aplicação de normas específicas para cada outorga;
- o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- a eleição dos Beneficiários do Plano de Opção e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;
- a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção;
- a criação de Programas Específicos (conforme definido abaixo) de outorga de opção de compra de ações.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano de Opção, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Criação de Programas Específicos

Periodicamente, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições ("**Programas Específicos**"), podendo não guardar ainda qualquer relação com as condições gerais estabelecidas pelo Plano de Opção.

Até a presente data, foram criados quatorze Programas Específicos.

O Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção, o número de ações que poderão ser adquiridas como exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("**Contrato de Opção**").

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Prazo de Vigência do Plano de Opção

O Plano de Opção entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Disposições Gerais

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano de Opção, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 7.2.1. do Plano de Opção, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

Nenhuma disposição do Plano de Opção ou opção outorgada nos termos do Plano de Opção conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano de Opção, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva e nos termos da Política de Negociação de Ações da Companhia.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano de Opção, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 29 de abril de 2022. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Conforme mencionado no item anterior, o Plano de Opção possui como objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

Dessa forma, com o estabelecimento das diretrizes e regras, o Plano de Opção estimulará o executivo da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de incentivo.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção alinha-se com a política de remuneração da Companhia, que busca estimular o crescimento profissional de seus administradores, empregados e prestadores de serviços e valorizar seu mérito individual. Neste sentido, as opções são outorgadas em linha com o atingimento de metas previamente definidas, permitindo aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia aferir sua parcela variável de acordo com seu desempenho pessoal.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações da Companhia na BM&FBOVESPA. Assim, para que o executivo mantenha sua remuneração total competitiva e alinhada com o mercado, é necessária a geração de resultados e valorização contínua da Companhia.

Adicionalmente, por meio de um prazo de vesting, os Beneficiários do Plano de Opção comprometem-se com seu desempenho pessoal e com aquele da Companhia no longo prazo, corroborando para a criação de um ambiente de crescimento contínuo e para a retenção de talentos.

(f) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/05/2009, (“Plano de Opção”) prevê, em seu item 6.1, que o limite global para concessão de opção de compra de ações é de 5% do total de ações de emissão da Companhia.

O item 4 do citado Plano de Opção prevê, por sua vez, que o Conselho de Administração é competente para estabelecer Programas Específicos (“Programas”) de concessão de opção de compra de ações com condições específicas, inclusive em relação a preço de exercício. No âmbito dos referidos Programas, o limite global para a concessão é de 2%, sendo que o limite de concessão para cada um dos Programas, individualmente, é de 0,5% do total de ações emitidas. Portanto, o somatório dos Programas Específicos (com limite de 0,5% cada) não poderá ultrapassar o limite global de 2% do total de ações emitidas.

Em suma, dos 5% de ações de emissão da Companhia destinados ao Plano de Opções, apenas 2% podem ser utilizados no âmbito dos Programas Específicos, sendo que o limite de concessão para cada Programa é de 0,5%.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no item (f) acima, poderão ser outorgadas nos termos do Plano de Opção opções de ações que confirmem direitos de subscrição e/ou aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(h) condições de aquisição de ações

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de três dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias a fim de formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou

impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração poderá criar programas de opção de compra de ações específicos com regras e condições específicas, quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições.

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado. O preço de exercício com base nos Programas Específicos tem como base os últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano, com desconto de até 50% sobre o valor apurado.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Outorga direta de ações: sem nenhum custo aos beneficiários.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

O Beneficiário terá o prazo de 6 meses para exercício das opções, a contar das datas definidas acima. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(k) forma de liquidação

A liquidação do exercício da opção deverá se dar em dinheiro, com recursos próprios do Beneficiário, mediante depósito em conta indicada pela Companhia. Em até 7 dias úteis após o recebimento do comprovante e a documentação necessária, a companhia encaminhará à

instituição financeira depositária o pedido de transferência das ações de emissão da Companhia para transferência nos livros para o nome do beneficiário.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção e, observadas as cláusulas mínimas estabelecidas no Plano de Opção, impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Atualmente, não se encontra em vigor qualquer restrição imposta pelo Conselho de Administração à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A outorga de opções nos termos do Plano de Opção não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opção.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados.

Adicionalmente, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção, o Beneficiário:

desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;

for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por ou sem justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todos os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;

desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercidos, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício por um período de até seis meses após o dito desligamento, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos de cada Programa Específico;

e vier a falecer: (i) os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de seis meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	8,00	4,00	
Nº de membros remunerados	-	4,00	
Outorga de opções de compras de ações		Plano de Opção de Compra de Ações	Outorga Direta de Ações
Data de outorga	-	-	29/04/2022
Quantidade de opções outorgadas	-	-	305.815
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício:	-		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,89	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%	-

	Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	7,25	4,00	
Nº de membros remunerados	-	4,00	
Outorga de opções de compras de ações		Plano de Opção de Compra de Ações	Outorga Direta de Ações
Data de outorga	-	-	30/04/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	-	243.470
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício:	-		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,75	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,53	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%	-

	Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	11/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	121.253
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1 ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício:	-	
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,04
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,06
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	8,81
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,02%

	Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,50	6,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	14/08/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	534.411
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1 ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício:	-	
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,00
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	2,92
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	7,37
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,08%

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	326.555
Data em que se tomarão exercíveis	-	03/03/2022, 03/03/2023 e 03/03/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/09/2022, 02/09/2023 e 02/09/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	3,89
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	18,33
Opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	212.982
Preço médio ponderado de exercício	-	3,53
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	18,54
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	223.070
Preço médio ponderado de aquisição	-	19,04
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	3,03

31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Opções exercidas		
Número de ações	-	336.311
Preço médio ponderado de exercício	-	3,06
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	11,45
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	651.797
Preço médio ponderado de aquisição	-	9,98
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	4,53

31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,50	6,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	264.465
Preço médio ponderado de exercício	-	2,92
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	7,04
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Plano de Opção de Compra de Ações: Modelo de Black Scholes.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção de Compra de Ações: O valor justo das opções de compra de ações foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 5,32% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

Desvio Padrão: 27,73%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2021 a 31/12/2021;

O valor justo das ações em 31/12/2021 se estabeleceu entre o mínimo de R\$ 15,94 e o máximo de R\$ 19,33 por ação para os planos ESPECIAIS.

Foram os seguintes os critérios adotados nos últimos três exercícios sociais para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2016:

Plano Específico X - Longo Prazo 2015/2016: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2016: R\$ 6,056249 por ação.

Em 2017:

Plano Específico XI – Longo Prazo 2016/2017: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2017: R\$ 6,718442 por ação.

Em 2018:

Plano Específico XII – Longo Prazo 2017/2018: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2018: R\$ 6,357707 por ação.

Em 2019:

Plano Específico XIII – Longo Prazo 2018/2019: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2019: R\$ 5,821920 por ação.

Em 2020:

Plano Específico XIV – Longo Prazo 2019/2020: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2020: R\$ 12,371440 por ação.

Os preços de exercício serão:

R\$ 0,75485 por ação para o plano ESP LP 07-08.

R\$ 1,03823 por ação para o plano ESP CP 08-09.

R\$ 0,67783 por ação para o plano ESP LP 08-09.

R\$ 11,02605 por ação para o plano ESP LP 09-10.

R\$ 7,0251 por ação para o plano ESP LP 10-11.

R\$ 4,767952 por ação para o plano ESP LP 11-12.

R\$ 5,008273 por ação para o plano ESP LP 12-13

R\$ 1,9470 por ação para o plano ESP LP 13-14

R\$ 2,371987 por ação para o plano ESP LP 14-15

R\$ 3,028124 por ação para o plano ESP LP 15-16

R\$ 3,359221 por ação para o plano ESP LP 16-17

R\$ 3,178854 por ação para o plano ESP LP 17-18

R\$ 2,910960 por ação para o plano ESP LP 18-19

R\$ 6,185720 por ação para o plano ESP LP 19-20

Prazo de vida da opção: quatro anos (para cada Plano Específico).

Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção de Compra de Ações: As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de

Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção de Compra de Ações: Calculado a partir do desvio padrão, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA, sob o código MRFG3, no período de 6 meses.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	100.152	0,01%
Diretoria Estatutária	48.172	0,01%
Conselho Fiscal	731.927	0,11%

MMS Participações Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	343.369.340	49,67%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº total de membros	4,00	4,33	6,00	7,25	8,00	8,50	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,33	6,00	5,25	6,00	6,50	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	19.483.848,17	22.755.794,69	5.343.514,85	3.058.432,55	1.918.900,79	1.926.120,47	253.100,00	190.807,67	169.262,43
Valor da menor remuneração (Reais)	2.171.299,38	1.867.949,74	1.404.301,28	713.588,80	372.000,00	372.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	8.901.540,84	11.482.713,69	3.076.730,75	1.250.677,03	751.810,40	737.679,21	156.710,78	125.672,17	114.823,23

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Na diretoria estatutária em 2020, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
Conselho de Administração	
31/12/2021	No conselho de administração em 2021, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima. No conselho de administração em 2021, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
31/12/2020	No conselho de administração em 2020, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.
31/12/2019	No conselho de administração em 2019, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.

	No conselho de administração em 2019, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
--	---

Conselho Fiscal	
31/12/2020	No conselho de fiscal em 2020, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
31/12/2019	No conselho de fiscal em 2019, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A política de remuneração da Companhia prevê uma remuneração relativa à Cessação de Cargo de Diretor Estatutário. Em caso de término de contrato, o executivo receberá além das verbas rescisórias legais:

- Vesting antecipados dos Programas de Longo Prazo da Marfrig
- 2 anos de remuneração total Target, composto por:
 - i) 2 anos de salários (2 x 13,3 x o último salário recebido);
 - ii) Bônus Target (2 x o múltiplo Target), considerando nota performance 100%

Os critérios de elegibilidade a esse pagamento são:

- Devem exercer o cargo de Diretor Estatutário no momento da saída;
- Tempo mínimo de 5 anos de companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	10,03%	4,81%	11,07%
Diretoria Estatutária	5,04%	3,40%	6,20%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2021 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	648.819,00	R\$ 0,00	648.819,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Exercício social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	489.394,00	R\$ 0,00	489.394,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 13.

